

Os anos 1980 foram determinantes na construção do Brasil de nossos dias. Durante esta década confrontaram-se várias forças sociais e políticas e as suas respectivas ideologias: os legatários da ditadura militar instaurada em 1964; os novos personagens da cena política e social brasileira que surgiram no final da década anterior; e aqueles conservadores que, embora dissociados do regime militar eram caudatários da secular técnica de construção e manutenção do poder no Brasil, buscavam aparecer como defensores do estado constitucional de direito.

Na cena política os maiores choques entre essas forças ocorreram, em especial em dois momentos: durante a campanha das “Diretas-Já” e ao longo da Constituinte. Já na cena social, os combates foram muito mais agudos e foram sendo travados em uma infinidade de conflitos, que espocaram ao longo daqueles anos. Vários desses conflitos ocorridos na cena social acabaram tendo reflexos na cena política, porque no seu cerne estavam em questão as instituições e os interesses que se construíram ao longo da história brasileira e também aqueles estruturados a partir de 1964, que ao longo dos anos 1980 foram colocados em xeque pela sociedade brasileira.

Refletindo o espírito que dedicamos a esta seção, que é o de colocar à disposição dos leitores de *PERSEU* uma fração da documentação preservada e disponibilizada aos pesquisadores e demais interessados pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, reproduzimos, de um lado, uma série de imagens relativas a esses conflitos sociais dos anos 1980 e, de outro, um conjunto de documentos também a ele relativos, enfatizando em especial a presença e as ideias dos setores sociais representados no Partido dos Trabalhadores (PT).

*PERSEU* aqui traz, divididos ano a ano, uma seleção de documentos relativos a diversos acontecimentos da história social brasileira, tanto no âmbito urbano como no rural. Sobretudo neste último, são trazidos novamente à tona episódios que ainda se assemelham a acontecimentos de nossos dias, indicando que o seu equacionamento ainda resta a ser mais bem estabelecido, em consonância com o evidente amadurecimento de nossas instituições políticas sociais. Neste conjunto de documentos a questão da disputa pela terra possui dimensões dramáticas, mesmo que, por algumas poucas vezes, a morte não esteja em seu centro. Se, de um lado, as lutas travadas na Amazônia e representadas nas figuras martirizadas de Wilson Pincheiro e Chico Mendes colocaram definitivamente, por exemplo, a questão

do desenvolvimento sustentável na pauta da sociedade brasileira, a questão fundiária ainda continua produzindo novos mártires dessa causa.

No âmbito urbano são aqui tratados o processo dos dirigentes sindicais das greves do ABC paulista (que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional), as tentativas de intimidação ao PT (que iam desde invasões de sedes até a tentativas de associá-lo a rocambolescas conspirações), os massacres feitos pelas forças de repressão contra grevistas, os atentados terroristas, as ondas de descontentamento popular que tomaram a forma de saques, as ocupações de terrenos urbanos realizadas por famílias sem moradias, as manifestações estudantis, as greves gerais promovidas pelos trabalhadores naqueles anos. Ao contrário da esfera rural, na urbana é perceptível, em relação aos fatos aqui tratados, uma maior e positiva evolução, em especial nos últimos oito anos, em relação às disputas sociais.

Evidentemente ainda resta muito a ser construído em nosso país, mas os anos 1980, nesse campo, tornam claramente visíveis hoje os ganhos conquistados pela sociedade brasileira.

*Centro Sérgio Buarque de Holanda*  
*Junho de 2010*

# CARTA AO POVO DO ACRE

(1980)

O assassinato do líder sindical Wilson de Souza Pinheiro<sup>1</sup> demonstra mais uma vez a escalada de violência por parte daqueles que detêm o poder contra todas as formas legítimas de organização com que o povo procura defender seus direitos – tão esmagados pela tirania de um regime de terror.

A morte do líder sindical de Brasileia vem comprovar, de maneira bastante acentuada, que o poder está nas mãos de quem tem dinheiro, e que por isso é conduzido da maneira que melhor lhes convêm. A prova disso é cumprimento da ameaça feita pelo secretário municipal de Xapuri, Guilherme Lopes, quando disse: o problema fundiário no Acre só será solucionado com a morte de alguns padres e líderes sindicais.

Os resultados da tão chamada “abertura política” estão aí, desta vez sendo morto mais um grande líder sindical do Acre, para que o capitalismo selvagem possa agir com maior liberdade.

O governo do estado há tempo vem sabendo das ameaças de morte feitas pelos seringalistas, fazendeiros e grileiros da região aos líderes sindicais e pessoas ligadas ao trabalho do povo. No entanto, nem uma medida até o presente momento foi tomada pelos órgãos oficiais no que diz respeito a tais fatos.

O crime de Brasileia deixa clara a firme disposição dos donos do poder de continuarem explorando e massacrando o povo brasileiro até as últimas consequências. Portanto, não podemos consentir que continue a cínica impunidade em que permanecem todos aqueles que covardemente vêm atacando os que lutam verdadeiramente, com o suor de seu trabalho, por um Brasil melhor.

Diante do acontecido exigimos a imediata punição dos responsáveis por mais este atentado contra os trabalhadores acreanos. Sabendo que não basta simplesmente punir um pistoleiro profissional, quando nada acontece aos grandes criminosos, que com o poder de seu dinheiro tramam contra a vida de todos aqueles que se opõem à sua exploração desenfreada.

*O nosso total apoio ao povo trabalhador.*

Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre  
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)  
Federação de Teatro Amador do Acre (Fetac)  
Comissão Pró-Índio  
CCE – Ceseme

**Fonte:** Acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

## NOTA

<sup>1</sup> Wilson de Souza Pinheiro (1933-1980), seringueiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, no Acre, e membro da Comissão Municipal

Provisória do Partido dos Trabalhadores (PT) naquele município. Liderou o que ficou conhecido como “mutirão contra jagunçada”, episódio em que centenas de trabalhadores marcharam contra os bandidos que ameaçavam os posseiros da região. Tomaram dezenas de rifles e entregaram as armas ao Exército. Acuados pela liderança de Pinheiro, os latifundiários da região mandaram matar o seringueiro na noite de 21 de julho de 1980. (N. E.)

# O PROCESSO DO ACRE

(Maio de 1981)

A Auditoria Militar do Amazonas interrogou, no dia 9 de abril, em Manaus, os cinco sindicalistas – entre eles, o presidente e o secretário do PT, Luiz Inácio da Silva e Jacó Bittar – enquadrados na Lei de Segurança Nacional<sup>1</sup> em razão de um comício feito em Brasileia, no Acre, em 27 de julho do ano passado, às vésperas da morte do capataz Nilo Sérgio de Oliveira.

Os sindicalistas são acusados de ter, no comício, incitado os trabalhadores a se vingar dos patrões pelo assassinato do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia e presidente da Comissão Provisória Municipal do PT nessa cidade, Wilson de Souza Pinheiro, ocorrido na noite de 21 de julho de 1980.

Mas, os argumentos apresentados pelo procurador Olímpio da Silva Pereira Júnior, da Auditoria Militar, não chegaram a convencer os cinco juízes, que, por unanimidade, negaram o pedido de prisão preventiva contra os sindicalistas, feito de surpresa, à última hora. Diante da negativa do Conselho da 12ª Auditoria Militar, o procurador Olímpio Ferreira entrou com recurso junto ao Supremo Tribunal Militar.

## A história

No dia 21 de julho de 1980, por volta de 20h30, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia e presidente da Comissão Municipal do PT nessa cidade, Wilson de Souza Pinheiro, foi assassinado pelas costas, quando se encontrava reunido com outros trabalhadores na sede do sindicato.

A Contag<sup>2</sup>, através de seu presidente no Acre, José Francisco da Silva, pediu imediatas providências às autoridades para descobrir os autores do crime.

Enquanto isso, o secretário da Prefeitura de Xapuri, Guilherme Lopes – hoje arrolado como uma das testemunhas da acusação no processo contra os sindicalistas –, afirmava, segundo se diz no local, que os conflitos de terra no Acre só seriam solucionados “com a morte dos líderes rurais”. E o presidente da Federação de Agricultura do Estado, Francisco Diógenes de Araújo – representante da Volkswagen no Estado e atualmente cursando a Escola Superior de Guerra<sup>3</sup> – dizia que a morte de Wilson era “rixa interna e não questão de terras”. Araújo é o responsável pelo pedido de indiciamento dos sindicalistas na Lei de Segurança Nacional (LSN) e por um documento em que acusa a Prelazia do Acre e Purus, a Contag e o próprio governo estadual de conduzir o estado a “uma autêntica revolta social”.

Na noite de 27 de julho – aproveitando a presença em Rio Branco de dezenas de líderes rurais e sindicais e de Lula e Bittar para o lançamento do PT no estado –, foi marcado um ato de protesto contra a morte de Wilson, diante da sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia. Mais de quatro mil trabalhadores de todo Acre e estados vizinhos participaram do ato, denunciando as ameaças, perseguições e atentados que vêm sofrendo.

Na madrugada do dia 28 de julho, o capataz de fazenda Nilo Sergio de Oliveira, conhecido por seus conflitos com os trabalhadores rurais, é morto na estrada Assis Brasil-Brasileia.

Logo após a morte de Nilo, a polícia começa a fazer prisões em massa e interrogatórios a qualquer pessoa que chegue a Brasileia, gerando um clima de pânico entre a população. Só nas delegacias de Brasileia e Assis Brasil, quinze trabalhadores são encarcerados. Correm as notícias de que líderes rurais estão sendo torturados e, diante disso, muitos trabalhadores passam a se entregar à polícia, assumindo coletivamente a responsabilidade pela morte de Nilo.

No dia 31 de julho, o presidente da Federação de Agricultura do Acre, Francisco Diógenes de Araújo, entra com uma representação na Polícia Federal pedindo a abertura do inquérito e o indiciamento na Lei de Segurança Nacional (LSN) de Luiz Inácio da Silva (presidente do PT), Jacó Bittar (secretário do PT), José Francisco da Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – no Acre), Francisco Alves Mendes Filho (vereador no município de Xapuri e presidente da Executiva Regional do PT) e João Maia da Silva Filho (delegado da Contag em Brasileia). Eles foram acusados por “incitamento à luta armada”, “apologia à vingança”, quando discursaram no ato público de protesto contra a morte de Wilson de Souza Pinheiro, e incitamento à “luta pela violência entre as classes sociais”.

A petição foi aceita pela Polícia Federal no dia 5 de agosto. Lula, Bittar e José Francisco da Silva foram enquadrados no artigo 36, incisos 2º e 4º, parágrafo único, da LSN, que prevê penas de 8 a 30 anos de prisão. Francisco Alves e João Maia foram enquadrados no artigo 36, mas apenas no inciso 4º e parágrafo único<sup>4</sup>. Até hoje, a morte do líder sindical Wilson de Souza Pinheiro não foi esclarecida<sup>5</sup>.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, n. 2, São Paulo, maio de 1981, p. 4.

## NOTAS

<sup>1</sup> Em 1935, no governo de Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal desse tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a segurança do Estado. A essa primeira lei associaram-se outras que permitiram um enorme poder de arbítrio utilizado naquela época. Em 1953, surgiu uma nova lei mais adequada ao período de normalidade constitucional que se seguiu após 1945. Mas, o governo militar instaurado em 1964, alterou esse quadro e, a partir de 1965, introduziu sucessivas mudanças que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando a ela a chamada doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), sob inspiração norte-americana. (N. E.)

<sup>2</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) é uma entidade sindical de trabalhadores rurais. Foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro, e hoje congrega 27 federações que reúnem cerca de quatro mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores do campo. É uma entidade que busca representar os interesses e os anseios dos trabalhadores rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas. (N. E.)

<sup>3</sup> A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1949, para ser um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela estão incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. A Escola Superior de Guerra funciona como centro de estudos e pesquisas, a ela compete planejar, coordenar e desenvolver os cursos instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa. (N. E.)

<sup>4</sup> Entre dezenas de processos com base na LSN contra os trabalhadores e estudantes, cinco sindicalistas – Luiz Inácio da Silva (presidente do PT), Jacó Bittar (secretário do PT), José Francisco da Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – no Acre), Francisco Alves Mendes Filho (vereador no município de Xapuri e presidente da Executiva Regional do PT) e João Maia da Silva Filho (delegado da Contag em Brasileia) – foram interrogados no dia 9 de abril de 1981 na Auditoria Militar do Amazonas. Eles foram enquadrados na LSN por discursos que pronunciaram no Acre em um comício feito em Brasileia, em 27 de julho de 1980, às vésperas da morte do capataz Nilo Sérgio de Oliveira. Os sindicalistas foram acusados de ter, no comício, incitado os trabalhadores a se vingar dos patrões pelo assassinato do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia e presidente da Comissão Provisória Municipal do PT nessa cidade, Wilson de Souza Pinheiro, ocorrido na noite de 21 de julho de 1980. Eles foram julgados e considerados inocentes por uma corte militar em Manaus. (N. E.)

<sup>5</sup> Posteriormente apurou-se que Wilson de Souza Pinheiro fora assassinado pelos pistoleiros José A. Prado e Manoel P. dos Santos, a mando do capataz Nilo Sérgio Oliveira e de outro fazendeiro não identificado. (N. E.)

## A RESPOSTA OFICIAL DO PARTIDO

(Julho de 1981)

A nossa melhor resposta às ameaças e violências contra os trabalhadores, como a condenação dos sindicalistas do ABC na Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>1</sup>, é o fortalecimento e o crescimento do Partido dos Trabalhadores, conforme destacou a Comissão Diretora Nacional Provisória em nota oficial:

O Partido dos Trabalhadores denuncia à Nação as arbitrariedades que o governo acaba de cometer contra os direitos dos trabalhadores da cidade e do campo, condenando e prendendo os sindicalistas do ABC. O regime quis colocar no banco dos réus líderes sindicais que, fiéis à legitimidade de seus mandatos, lutaram abertamente por melhores salários e melhores condições de vida. No entanto, com este processo militar, repleto de irregularidades e violências, foi o próprio regime que se fez julgar perante a opinião pública nacional e internacional. Embora prometendo abertura e transição democrática, o regime acaba de demonstrar, mais uma vez, que nega aos trabalhadores os seus direitos essenciais – liberdade de organização sindical e política, direito de greve, condições mínimas de trabalho e sobrevivência. Como nos anos 1920, a luta geral do povo brasileiro é contra a fome e pelos direitos humanos; e, ainda como nos anos 1920, a questão social volta a ser tratada, mais uma vez, como um caso de polícia.

Lula, presidente nacional do PT, e tantos outros companheiros estão sendo, neste momento, vítimas desse regime de arbitrariedades. E, nesse momento, entendemos que a melhor resposta às ameaças e violências continuam a ser a organização dos trabalhadores, sua mobilização e arregimentação, a unidade de ação de todas as forças em torno da luta contra a política econômica em curso e por uma democracia vinculada aos interesses populares. Aos companheiros do PT, em especial, lembramos que agora, mais do que nunca, é fundamental intensificar o fortalecimento e o crescimento do partido, preparar e realizar convenções já programadas e dar os passos necessários para a conquista de seu registro definitivo no TSE.

Confiante no empenho de seus defensores legais, o PT reafirma que continuará lutando para conquistar a liberdade e a absolvição dos sindicalistas atualmente presos, assim como de todos os que – trabalhadores, dirigentes políticos, parlamentares e outros – são atingidos pelas leis repressivas vigentes no país.

O Partido dos Trabalhadores prossegue, assim, no fiel cumprimento de seu programa, lutando para a conquista plena da democracia, que não existe sem a mais ampla participação popular.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, n. 3, São Paulo, julho de 1981, p. 6.



## NOTA

---

<sup>1</sup> Treze líderes e operários metalúrgicos foram acusados de infringir a Lei de Segurança Nacional (LSN) pela participação na greve do ABC paulista ocorrida entre 1º de abril e 11 de maio de 1980. À exceção de José Cicote e José Timóteo da Silva, de Santo André, foram condenados pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo, em julgamento realizado em 25 de fevereiro de 1981: Luiz Inácio da Silva, Djalma de Sousa Bom, Osmar Santos de Mendonça, Wagner Lírio Alves, Juraci Batista Magalhães, Nelson Campanholo, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correia de Menezes, Enilson Simões de Moura, José Maria de Almeida e Rubens Teodoro de Arruda. Eles foram enquadrados nos artigos 36 e 42 da LSN, que se referem à “desobediência coletiva às leis” e à “propaganda subversiva”. (N. E.)

# SISTEMA CONDENA OS PADRES

(Julho de 1982)

O Brasil volta a ter presos políticos. Essa afirmação do advogado Egydio Salles Filho resume o resultado do julgamento dos padres Aristide Camio e Francisco Gouriou<sup>1</sup>, que no ultimo dia 22 foram condenados a 15 e 10 anos de prisão pela Justiça Militar, sob uma operação que transformou a cidade de Belém, no Pará, em verdadeiro acampamento militar. Treze posseiros do Araguaia também foram condenados a penas que variam de 8 a 9 anos.

Presos há dez dias e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), os missionários foram acusados de incitamento; e os posseiros, de execução de uma emboscada contra os agentes da polícia federal e funcionários do Grupo Executivo de Terras do Araguaia (Getat) ocorrida em 13 de agosto do ano passado.

## Recurso ao STM

O julgamento durou dezoito horas. A sentença, anunciada às 6 da manhã do dia 22, causou perplexidade, sobretudo após a atuação da defesa, considerada “brilhante e impressionante” por quase todos os que resistiram à longa sessão. Os advogados dos padres, Heleno Fragoso, Luís Eduardo Greenhalg, José Carlos Castro e Egydio Salles Filho, anunciaram que recorrerão ao Superior Tribunal Militar (STM), onde esperam modificar a decisão; e, se perderem nessa instância, irão ao Supremo Tribunal Federal (STF), “esgotando todos os recursos a que temos direito”.

Encerrada a sessão, os padres e posseiros foram levados, respectivamente, ao quartel do 2º Batalhão de Infantaria da Selva do Exército e ao QG do 1º Comando Aéreo Regional, onde ficarão presos até a decisão final em instância judiciária superior.

## Cidade ocupada

Desde o domingo, véspera do julgamento, as principais ruas e praças de Belém foram praticamente ocupadas por um enorme aparato policial e militar, apoiado por cães amestrados, veículos do Corpo de Bombeiros e viaturas das mais variadas. Foram mobilizados cerca de 1.200 soldados, segundo informações do próprio comando da Polícia Militar (PM). Um helicóptero sobrevoava a cidade. Numa das praças do centro foram armadas tendas de lona, e muitos policiais dormiram no próprio gramado. Igrejas foram cercadas. Para entrar no recinto do julgamento, até mesmo representantes diplomáticos eram barrados para serem revistados por autoridades militares.

Tudo isso aconteceu para impedir as manifestações de apoio aos padres, organizadas pelo Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (um grupo de entidades, principalmente religiosas). Durante todo o dia, cerca de quinhentas pessoas ficaram cercadas pela polícia no interior da igreja da Trindade, sem água ou comida. Suas faixas e cartazes foram arrancados pelos soldados. À tarde, o bispo auxiliar de Belém, dom Vicente Zico, tentou negociar com o comandante das tropas, mas, logo

que ele se retirou, o bloqueio foi retomado. No final da tarde, luz e água da igreja também foram cortadas, e apenas nesse momento alguns grupos de pessoas puderam retirar-se, enquanto a maioria permaneceu para participar de uma celebração que seria realizada à noite.

Dentro da Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, o controle também foi rigoroso. Todos eram revistados minuciosamente na entrada. E, para decepção da grande quantidade de pessoas que haviam ficado em fila desde a madrugada, havia apenas 54 lugares no auditório, dos quais 21 ocupados antes mesmo da abertura das portas, por funcionários ligados a órgãos da informação e segurança.

O julgamento foi acompanhado, entre outros, pelo presidente nacional do PT Luiz Inácio da Silva, bispos, representantes de organizações religiosas, deputados federais, enviados de entidades internacionais e pela consulesa da França em Brasília.

## **A defesa**

Todas as preliminares apresentadas pelos advogados de defesa dos missionários foram rejeitadas por unanimidade pelo Conselho de Sentença, formado por dois tenentes e um capitão do Exército, além do presidente e do juiz auditor. Essas preliminares referiam-se ao cerceamento da defesa à coação de testemunhas, à nulidade do processo e ao fato de que o julgamento deveria ser feito pela Justiça comum. Os advogados argumentaram que conflitos de terra não constituem atentado à segurança nacional e mostraram que a própria Auditoria Militar de Belém já reconheceria isso num caso semelhante ocorrido havia cinco anos.

O advogado José Carlos Castro mostrou que a origem dos conflitos existentes na região está “na questão fundiária” e não em qualquer “incitamento”. Como prova disso, citou o fato de que, mesmo após a prisão de Camio e Gouriou, houve pelo menos mais catorze mortes devido a problemas de terra. E propôs à auditoria que fizesse “uma reflexão sobre como atuam os órgãos fundiários do governo”, exibindo recibos de indenizações de posse, entregues pelo Getat sem assinatura e com valores baixos.

Os advogados também observaram que, nesse julgamento, a maior atingida é a Igreja, pois “as acusações não são dirigidas contra os padres, mas contra todo um trabalho que traduz uma opção pastoral”.

## **Mais de cem mortes**

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos últimos seis anos ocorreram mais de cem mortes provocadas por conflitos fundiários na Amazônia.

Para dom Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o resultado do julgamento foi “um passo a menos para a democratização do país”, também abalada pela presença do “aparato militar ostensivo, desnecessário, alarmante e provocador”.

Na opinião do vice-presidente da CNBB, dom Clemente Isnard, “é preciso iniciar uma grande campanha pela revisão da Lei de Segurança Nacional e Lei dos Estrangeiros”, salientando que “não foram condenados os padres, mas sim os últimos documentos da CNBB referentes aos problemas da terra, do solo urbano e da ação pastoral”.

A decisão do Conselho de Segurança da 8ª Circunscrição Judiciária Militar foi adotada por quatro a um. Uma fonte ligada à auditoria disse que o único divergente foi o juiz-auditor, Juracy Reis Costa.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, n. 7, São Paulo, primeira quinzena de julho de 1982, p. 8

## NOTA

<sup>1</sup> Em 1981, os padres Francisco Gouriou e Aristide Camio foram presos pela Polícia Federal, acusados de incitar um grupo de posseiros que feriu a bala quatro agentes da Polícia Federal, dois técnicos do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), e matou um empregado da fazenda do deputado goiano Juracy Teixeira. A prisão se deu em São Geraldo do Araguaia, entre os estados de Pará e Goiás. Os padres foram ameaçados de expulsão do país. No entanto, Aureliano Chaves, o presidente em exercício, optou por processá-los com base na Lei de Segurança Nacional. Os dois ficaram presos por dois anos e foram soltos em 1983, com a mudança da LSN. (N. E.)

# CARTA DE LULA A ABI-ACKEL

(Julho de 1982)

O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, enviou carta ao Ministro da Justiça, a propósito das ameaças de morte contra Francisco Mendes:

Exmo. Sr. Ministro da Justiça, DD. Dr. Ibrahim Abi-Ackel<sup>1</sup>.

Senhor Ministro,

Na qualidade de presidente do Partido dos Trabalhadores venho à presença de V. Exa., por meio desta carta, para informar-lhe acerca dos fatos que estão ocorrendo no Acre, em especial na cidade de Xapuri, com um dirigente nacional do PT, o vereador Francisco Mendes.

Sabe V. Exa. os problemas que envolveram a luta pela posse de terra no interior do país, e sabe também que o governo vem dando soluções insatisfatórias à questão.

Os organismos criados para resolver tais conflitos são inoperantes e na maioria das vezes se colocam ao lado dos esbulhadores, grileiros e latifundiários, ao invés de o fazerem em defesa dos lavradores.

Esse comportamento condenável faz com que os latifundiários se robusteçam na prepotência e na prática de arbitrariedades contra humildes posseiros que se encontram trabalhando em suas terras.

O Getat e a Polícia Federal costumeiramente se associam aos grupos de capangas e pistoleiros contratados pelos grileiros de terras públicas e fazem vistas grossas às perseguições que eles perpetram aos lavradores e a quem os defende e apoia.

Pois bem. Isso está ocorrendo, agora, no Acre.

Não seria uma posição alarmista dizer-lhe ser provável, quando V. Exa. receber esta carta, que a vida do companheiro Francisco Mendes já poderá ter sido ceifada.

O companheiro Francisco Mendes, ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e atual candidato a deputado estadual pelo Estado do Acre, pela legenda do PT, sempre defendeu os seringueiros na luta pela sua permanência nas terras e, por isso é e sempre foi perseguido, pelos grileiros.

Há alguns dias atrás, entretanto, veiculou-se com insistência que os fazendeiros de Xapuri tinham contratado um pistoleiro para assassinar Francisco Mendes.

A notícia e o atirador caminham às soltas pelas ruas da cidade e nenhuma autoridade se dispôs a investigar as ameaças, ou dar ao vereador as garantias necessárias.

Daí porque, encaminho a V. Exa. a denúncia de tais fatos, certo de que o Governo a que V. Exa. presta a colaboração não desejará ser responsabilizado

pela omissão em coibir abusos contra cidadãos que vivem constantemente ameaçados e não encontram por parte do estado a tutela de seus direitos individuais, em especial o da vida.

Atenciosamente,

Luiz Inácio Lula da Silva.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, n. 8, São Paulo, 16 de julho de 1982, p. 8.

## NOTA

---

<sup>1</sup> Ibrahim Abi-Ackel (1927) foi deputado estadual pela primeira vez em 1962, tendo exercido mais dois mandatos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na qual foi líder do governo e relator geral da Constituição Estadual de 1967. Em 1974 elegeu-se deputado federal, tendo sido vice-líder do governo, na Câmara dos Deputados. Foi nomeado Ministro da Justiça do governo Figueiredo em janeiro de 1980, sendo o ministro que por mais tempo exerceu o cargo. Retornou à Câmara Federal, onde exerceu o mandato de 1987 a 2006. Em 2006 foi Secretário de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. (N. E.)

# PETISTAS RESISTEM À INVASÃO DA SUA SEDE

(Agosto de 1982)

Em novembro de 1979 o general Figueiredo<sup>1</sup> esteve em Florianópolis e quase apanhou. Não só porque a população está revoltada com a situação nacional, mas também por uma incrível homenagem que sua assessoria planejara a um dos nomes mais odiados na cidade: o do marechal Floriano Peixoto<sup>2</sup>, que, em 1893, fuzilou 183 pessoas numa ilha, fato que passou a ser conhecido como “o massacre de Inhato-Mirim”.

Agora, Figueiredo voltou à cidade para participar do lançamento de uma nova ponte Ilha-Continente, e da campanha do PDS<sup>3</sup> no estado. Mais uma vez deu-se mal: uma série de irregularidades cerca essa nova ponte, o que levou a Associação Catarinense de Engenheiros e o Instituto dos Arquitetos do Brasil a publicar um documento de dez pontos, denunciando contratos realizados em gabinetes fechados, má localização da nova obra, erros na construção da ponte anterior.

“Quem será responsabilizado por esse novo erro?”, perguntam as duas instituições. Para o início das obras serão gastos 300 milhões de cruzeiros. Se os engenheiros e arquitetos estiverem com a razão, é possível que mais uma ponte seja proposta dentro de alguns anos.

## “Fora Figueiredo”

Essa palavra de ordem estava nos folhetos, cartazes e faixas que o PT de Santa Catarina preparou para a recepção ao presidente em sua viagem a Florianópolis e Joinville no meio da semana passada. E isso irritou profundamente a sua segurança pessoal. Dias antes da ida de Figueiredo à cidade, um grande esquema de segurança já havia sido montado com a ajuda de policiais à paisana, vindos de Brasília. O governo temia que ocorressem manifestações populares iguais as de 1979, quando Figueiredo chegou a trocar sopapos com a população no meio da rua. Na verdade, havia gente torcendo por isso.

“É o que eu quero”, disse um dos homens da segurança pessoal do presidente, identificado como coronel Taques.

Horas mais tarde, profundamente irritado com um manifesto do PT distribuído nas ruas, ele e mais três desconhecidos invadiam a sede do PT armados de facões.

“Não queremos nenhuma manifestação contra o presidente” disse um deles para a secretária que se encontrava apenas com mais uma militante na sede do partido.

Alguns minutos depois, após quebrarem cartazes, destruírem faixas e terem feito sua demonstração de força, saíram para o calçadão da rua Felipe Schmidt, onde o PT expõe, tradicionalmente, um mural de informações. Ali, na presença da população, derrubaram o mural e sapatearam raivosamente sobre ele.

O incidente atraiu mais de uma centena de pessoas que testemunharam também a ostensiva exibição de armas que o grupo trazia debaixo dos paletós. Minutos depois, os agressores se retiraram sob o mais absoluto silêncio de pasmo da população. Eram quatro e meia da tarde de quarta-feira.

## A resistência

Apesar de o nome presumível de um dos agressores – coronel Taques – circular livremente entre os jornalistas locais e de Brasília que cobriam o fato, nenhum jornal chegou a mencioná-lo.

No outro dia, pela manhã, ele não foi visto entre os quarenta policiais que mais uma vez investiam contra a sede do partido. Aparentemente o coronel Taques e a Segurança de Reserva do presidente (ou P2) haviam transferido a tarefa para os policiais locais.

Às dez e meia da manhã, o candidato do PT a senador, Valmir Martins, junto com outros cinquenta militantes que se encontravam na sede do PT, barravam já na escada os policiais que tentavam subir.

Um rápido diálogo foi presenciado pela imprensa entre Valmir e o delegado do Dops, Carlos Ribeiro, que comandava a operação.

“Se vocês saírem daí, eu mando prender”, disse o delegado.

“Nós estamos fazendo campanha, como o Figueiredo” – respondeu Valmir, acrescentando: “A diferença é que nós fazemos campanha com o dinheiro do partido e o Figueiredo faz com dinheiro da nação, com a corrupção”. Mais tarde, o advogado Nildo Benetti conseguia um habeas corpus preventivo, garantindo o direito de ir e vir e desautorizando a ordem policial, e, com esse habeas corpus, os petistas fizeram uma passeata pela rua Felipe.

Mas, antes que isso acontecesse, por mais duas vezes os quarenta policiais tentaram entrar na sede do PT. E só foram definitivamente embora quando a população começou a vaiá-los, ao mesmo tempo que Valmir Martins discursava da sacada do prédio.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, nº 10, São Paulo, 13 de agosto de 1982, p. 6.

## NOTAS

<sup>1</sup> João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Militar, exerceu funções públicas durante os governos militares: chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, de 1969 a 1974; chefe do Serviço Nacional de Informações, de 1974 a 1978, e presidente da República, de 1979 a 1985. (N. E.)

<sup>2</sup> Floriano Vieira Peixoto (1839-1895). Militar, exerceu funções públicas nos primeiros anos da República como vice-presidente. Tornou-se Presidente da República com a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, e ficou no cargo até 15 de novembro de 1894. (N. E.)

<sup>3</sup> O Partido Democrático Social (PDS) foi fundado em janeiro de 1980 para suceder a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar, ocorrido em fins de novembro de 1979. (N. E.)



# AVESTRUZES E OUTROS BICHOS

Éder Sader<sup>1</sup>  
(Maio de 1983)

O *Jornal da Tarde* do dia 6 de abril iniciou sua longa reportagem sobre o “dia de caos”<sup>2</sup> em São Paulo narrando o comportamento de um “mulato espigado” que, depois de falar com saudades dos “governos revolucionários” que mantinham a ordem, acabou entrando numa loja e pegando um par de blusas. Como explicar? A resposta do articulista não está à altura da sensibilidade do repórter: faltou polícia. Aí vemos como a reação das nossas classes dominantes terminou sendo ainda mais extraordinária do que os próprios acontecimentos. Na *Folha de S.Paulo* o sr. Souza Queiroz chega a nos ensinar que a Revolução Francesa poderia ter sido evitada se Luís XVI tivesse sabido usar a repressão (Está assim mesmo. Confirmam na página 3 do dia 7; e o homem é professor da USP e ex-diretor do Instituto de Estudos da Associação Comercial.)

Assim, se o quebra-quebra nos revela muito sobre o estado de ânimo da população, revela mais ainda sobre a imbecilidade das nossas elites. Diante de um fenômeno da dimensão do que tomou conta da cidade, sua preocupação se volta toda para identificar “quem está por trás” e efetuar uma repressão mais eficaz. Uns enxergam trotskistas, PCdoB, membros do PT, agentes pastorais. Outros identificam provocadores de extrema direita. Outros assinalam a atuação de assaltantes comuns. Mas aonde querem chegar por aí? Certamente a alguma ideia de povo que lhes agrada e a quem eles prometem respeitar, ao mesmo tempo que voltam seu ódio contra “baderneiros”, “agitadores”, “delinquentes” que encontram todos os dias nas ruas.

Mas querer distinguir o “povo puro”, das suas ideias, do povo constituído por metalúrgicos junto com trombadinhas, luteranos com comunistas, donas de casa com malandros, é mais insano do que pretender retirar as listras de uma zebra. Com essa “busca de responsáveis”, eles estão é fugindo de um problema que deveria lhes assustar de verdade. É o fato de que milhares de respeitáveis pais de família e donas de casa, dada a oportunidade, não sentiram maiores problemas em retirar o que podiam de qualquer estabelecimento comercial.

Diante do exemplo de tanta negociata e tanto cinismo lá de cima, de Capemis e Delfins<sup>3</sup>, do ganho escandaloso de uns poucos contrastando com a miséria de muitos, os dominados já não acreditam nos sagrados valores que lhes faziam respeitar a ordem. Agora o respeito à propriedade só valeu quando a polícia estava lá para garantir. Isso deveria assustar elites menos estúpidas.

Mas em sua insuperável estreiteza, Maluf, Delfim, Marchezan<sup>4</sup> e amigos, só pensam em manipular dividendos políticos com os desgastes do PMDB, fingindo ignorar que são eles os alvos principais do ódio popular. Infelizmente, do lado do governo Montoro<sup>5</sup>, a lucidez não é maior: à preocupação de “assegurar a ordem” para tranquilizar proprietários sucedeu a incrível insensibilidade para os reclamos dos trabalhadores.

Isso não quer dizer que essa revolta popular não coloque problemas também para nós. O povo tem infinitas razões para perder a paciência, mas [com]

essa explosão sem rumo não traz em si mesma solução para os seus problemas. E a verdade é que essa população não tem mais confiança em qualquer mecanismo político. Eles votam, mas quando a situação aperta não acreditam que nenhuma representação possa lhes valer.

E, no entanto, essa insatisfação tem de ser canalizada politicamente. O que não quer dizer que, qualquer partido deva enquadrá-la, cumprindo uma função domesticadora, burocratizando-a através de comitês que esquecem suas origens e de plataformas que só servem para a triste retórica de discursos que se satisfazem com a própria eloquência. Devemos sim, buscar constituir comissões que mantenham a mobilização e a organização, e não que se percam nos corredores dos palácios. Devemos estimular a energia popular a voltar-se para a conquista de direitos que melhorem sua situação e alimentem sua confiança nas próprias forças.

Vai nesse sentido a orientação do PT em São Paulo.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, nº 21, São Paulo, 28 de abril a 18 de maio de 1983, p. 8.

## NOTAS

<sup>1</sup> Eder Simão Sader (1941-1988), sociólogo formado pela USP, foi um dos fundadores da facção Política Operária (Polop). Exilado no Chile entre 1971 e 1973, militou no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Após o golpe de Pinochet, refugiou-se na França no período de 1974 a 1979 e lecionou na Universidade de Paris VIII. Ao regressar ao Brasil, tornou-se docente de sociologia na USP e foi um dos fundadores do PT. (N. E.)

<sup>2</sup> A grave crise econômica do Brasil e demissões em massa marcaram o começo dos anos 1980 e resultaram em protestos populares. Um deles, aqui tratado, ocorreu na cidade de São Paulo, entre os dias 4 e 6 de abril de 1983. Os saques e quebra-quebras ocorridos neste período teriam tido seu início a partir de um ato público que concentrou centenas de pessoas no Largo 13 de Maio, no bairro de Santo Amaro. (N. E.)

<sup>3</sup> Inicialmente denominada Caixa de Pecúlio Mauá, pouco depois transformada na Caixa de Pecúlio dos Militares e ainda, posteriormente, na Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente, a Capemi sofreu intervenção do governo federal nos anos 1980 por quebrar com seus compromissos e por suspeita de desvio de recursos. O Grupo Delfin foi a maior empresa privada de aplicações em poupança do Brasil dos anos 1970/1980, chegando a atingir a marca de mais de três milhões de depositantes em 83 agências de depósito da poupança. O grupo sofreu intervenção do Banco Central em 1983 por suspeita de irregularidades de sua dívida com o governo e por fraude dos títulos de capitalização que lesaram milhões de pessoas. (N. E.)

<sup>4</sup> Paulo Salim Maluf (1931-), engenheiro e político. Prefeito de São Paulo (1969-1971), governador de São Paulo (1979-1982), deputado federal por São Paulo (1983-1987). Em 1993, foi eleito prefeito de São Paulo pelo Partido Progressista (PP). Antônio Delfim Neto (1928-), economista e político. Durante os governos militares foi Ministro da Fazenda, de 1967 a 1974; embaixador do Brasil na França de 1975 a 1978;

Ministro da Agricultura em 1979; e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1979 a 1985. Foi deputado federal por São Paulo de 1987-1990, sendo eleito novamente em 2006 pelo Partido Progressista (PP). Nelson Marchezan (1938-2002), advogado e político, eleito vereador por Santa Maria em 1959 e deputado estadual em 1962 pelo Partido Democrata Cristão (PDC); pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), em 1974, elegeu-se deputado federal; em 1979, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS); de 1981 a 1982, foi presidente da Câmara dos Deputados, quando tornou a se eleger deputado federal. Em 1994 elegeu-se mais uma vez para a Câmara dos Deputados pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). (N.E.)

<sup>5</sup> André Franco Montoro (1916-1999) iniciou sua carreira política como vereador paulistano em 1947 e ocupou outros cargos. Foi Ministro do Trabalho entre 1961 e 1962, senador de 1970 a 1978 e governador de São Paulo em 1982. Foi também deputado federal em 1994 e 1998. Ingressou no MDB em 1964 e em 1988 foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). (N. E.)

# NOTA AO POVO CEARENSE

(Maio de 1983)

No dia 18 de maio passado os estudantes, revoltados com a abolição da meia entrada nos cinemas, e os trabalhadores com o Decreto-Lei n. 2012<sup>1</sup>, com o desemprego e com a portaria baixada pelo Secretário de Segurança Pública, que proíbe as reuniões a céu aberto em algumas praças de Fortaleza, saíram às ruas para repudiar essas medidas, que denotam o desrespeito às conquistas populares e demonstram o regime autoritário que ora vivemos.

Fortaleza, no dia 18 de maio, foi palco da escalada repressiva, intensificada nos últimos dias com a proibição de várias manifestações públicas e a prisão de pessoas participantes do movimento sindical e popular. A polícia, usando de uma violência que há muito tempo não era vista, agrediu estudantes e trabalhadores, como também o governo tentou impedir que a imprensa registrasse o clima de terror provocado junto à população.

O governo do estado, demonstrando seu caráter fascista, joga a polícia para reprimir os movimentos populares. Essa é uma manobra, já bastante utilizada pelo sistema, para evitar que os trabalhadores compreendam a política econômica entreguista, que beneficia apenas os grandes patrões nacionais e internacionais.

O Partido dos Trabalhadores do Ceará, apoiando-se em sua Direção Nacional, reafirma a legitimidade desta luta, contra o Decreto-Lei n. 2012, contra o desemprego, e permanece firme pela organização do povo, a fim de se conquistar uma sociedade justa. O PT entende que medidas concretas e urgentes precisam ser tomadas para resolver os problemas que afligem os trabalhadores do campo e da cidade.

Os trabalhadores, organizados nos seus sindicatos e em conselhos de bairros, necessitam expressar os seus descontentamentos em praça pública, a fim de sensibilizar a opinião pública a ficar ao lado de suas lutas.

O Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo que repudia a ação repressiva do governo do estado contra a expressão livre, em praça pública, dos estudantes e dos trabalhadores, solidariza-se com a luta dos companheiros do Sindicato dos Bancários, ameaçados de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), por lutar contra o arbítrio e o tratamento injusto dos patrões.

*Fortaleza, 25 de maio de 1983*

Comissão Executiva Estadual Interzonal de Fortaleza

**Fonte:** Panfleto (Acervo CSBH – FPA).

## NOTA

<sup>1</sup> O Decreto-Lei n. 2012, de 25 de janeiro de 1983, dispunha sobre a correção automática dos salários e modificava a política salarial. Fazia parte de uma série de sete

decretos-leis expedidos naquele ano sobre política salarial. Tais decretos aumentavam o número de assalariados que recebiam reajustes menores que os estipulados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e eliminavam possibilidades de reajustes acima do índice. (N. E.)

# CHICO MENDES E RAIMUNDO: “NÃO VAMOS MORRER COMO SAPO DEBAIXO DO PÉ DO BOI”

(Agosto de 1984)

*Xapuri, 29 de julho de 1984.* A reportagem da *Folha do Acre* se faz presente no município para apurar os últimos acontecimentos da situação que estão vivendo os trabalhadores rurais no recente caso com a Bordon. Decidimos entrevistar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Francisco Mendes, o Chico Mendes, e também Raimundo Barros, membro do sindicato. Foi surpreendente. Os dois não apenas mostraram um quadro completo da situação, como deram lição de política de povo, de postura coletiva e ecológica, apresentando ainda propostas práticas, justas e sensatas para a ocupação e o desenvolvimento econômico do Acre. (*Everaldo e Norma*)

*Folha* – Nós queremos saber como está a situação com o grupo Bordon, depois da suspensão da liminar que autoriza a derrubada.

*Chico* – Apesar de estarmos na luta há quase 150 dias contra a derrubada em outras áreas, no momento complicou-se mais a questão da Bordon. Já existe uma briga antiga da Bordon com os posseiros.

*Folha* – Desde quando?

*Chico* – Desde 1974. Atualmente a situação se agravou porque eles resolveram fazer uma grande derrubada com a licença do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>1</sup>. Querem desmatar 1.680 hectares sem a mínima avaliação do que existe dentro da área. Num rápido levantamento contamos aproximadamente três mil árvores de seringueira que serão destruídas, além de castanheiras e madeira de lei. Antes eles haviam conseguido enganar alguns posseiros, indenizando-os com migalhas, pressão e outras artimanhas. A situação se agravou porque eles não se contentaram com os 1.680 hectares e decidiram avançar além do permitido, atingindo áreas de alguns posseiros que nunca foram indenizados e que moram há 42 anos na sua posse, como é o caso do Vicente Alves de Oliveira, mais conhecido como Vicente Tributino, que abriu sua colocação e nela vive e trabalha com sua família há 42 anos. Agora, sem nenhuma justificativa, eles queriam acabar com a posse do companheiro.

*Folha* – E o que vocês fizeram?

*Chico* – Diante desta situação “empatamos” a derrubada, e todos os outros companheiros posseiros partiram em solidariedade à luta do Vicente, pois se assim não agíssemos eles partiam para atingir todas as outras áreas.

*Folha* – E como se deu esse “empate”?

*Chico* – No dia 20 fizemos o primeiro com aproximadamente 11 companheiros. Mas como é uma área grande, no dia seguinte somamos 23 homens e fomos até outra frente de derrubada. De forma pacífica desmontamos a barraca de alguns

peões. Isso em sinal de protesto, pois não queríamos que eles continuassem com as derrubadas. Logo o advogado da fazenda encaminhou um documento pedindo abertura de inquérito contra os posseiros, acusando-os de terem se transformado em bandos e quadrilhas e que, armados em número de 40, tentaram invadir a fazenda com agressões, isso e aquilo.

*Folha* – Qual o resultado do inquérito?

*Chico* – A secretaria e os órgãos de segurança acatam o pedido do advogado e são intimados 23 posseiros. Estes não atendem à intimação, pois estavam conscientes de que não haviam praticado nenhuma violência. Compareceriam, isso sim, ao sindicato. O sindicato se interessou em apurar o caso e fez com que os 23 companheiros chegassem até a cidade para prestar depoimentos. De tudo o que se ouviu é que as armas que conduziam eram facões e algumas foices para cortar pique no mato. E que a única pessoa armada com um revólver 38 era o gerente da fazenda, o senhor Tomaz Coelho. Bom, a partir daí foi aberto inquérito, o que eu estranho muito. Quatro dias depois, cinco jagunços da fazenda...

*Folha* – Esse inquérito foi encaminhado pela Secretaria de Segurança?

*Chico* – Foi.

*Folha* – Depois disso, o que aconteceu?

*Chico* – Quatro dias depois os companheiros retornaram para suas posses, cinco jagunços da fazenda começaram a correr as áreas dos posseiros, ameaçando-os. Todos os cinco estavam bem armados, de revólver, espingardas, pistolas e outras armas que os posseiros não conseguiram identificar. No dia 29 de julho, eles foram na posse do Luiz Ferreira e derrubaram o seu barraco. Ainda no mesmo dia tentaram e ameaçaram derrubar o barraco do Antônio Cândido. A partir daí generalizou-se um clima de medo e desconfiança. Como se não bastasse, o advogado consegue uma liminar do juiz, doutor Jorge Cardoso, autorizando a continuação da derrubada, o que lhe dá o direito de ter o apoio da polícia no caso do empate. E o pior é que cada posseiro foi condenado pelo documento do juiz a pagar *um milhão de cruzeiros por dia*, caso voltassem a empatar a área novamente. Os jagunços iniciaram imediatamente a derrubada, mesmo não tendo o direito. Eles agiram arbitrariamente e o juiz, ao mesmo tempo, ordenou a vinda de um pelotão da polícia militar para dar cobertura à derrubada, mesmo sabendo que os posseiros tinham direito a recorrer. Nesse momento, o sindicato, que já havia convocado uma grande assembleia dos trabalhadores para discutir a solução do caso, resolve transformá-la no 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais Sindicalizados de Xapuri. A abertura do Congresso, dia 24 de julho, coincide com o dia em que a fazenda inicia a derrubada, num total desrespeito e humilhação aos posseiros. Então, quase duzentos posseiros quiseram anular o congresso e organizar uma marcha até a Bordon em sinal de protesto e revolta, pois se viram prejudicados. Daí a direção do sindicato lança uma proposta: a de sustar a liminar, através do advogado de defesa.

No dia seguinte, com a chegada do advogado, descobrimos uma série de erros. No documento, o advogado da fazenda acusava os posseiros de bandos e quadrilhas, enquanto essa frase devia ser colocada para os empregados da fazenda, que foram os únicos que se transformaram em bandos de pistoleiros para ameaçarem os posseiros.

Viu como a coisa se inverteu? O desmate foi suspenso. De há muito sabemos que os dirigentes da Fazenda Bordon agem de má-fé. Não acreditamos que eles parem por aí. O Congresso, no entanto, aprovou por unanimidade que iremos aguardar a decisão da Justiça, já que conseguimos a suspensão do desmate, mas estaremos prontos a revidar qualquer tipo de agressão no que diz respeito à continuação da derrubada. Existem comentários de que eles irão novamente continuar a derrubada, mesmo antes do pronunciamento da Justiça. Nós ainda não acreditamos bem, mas, por outro lado, já que eles sempre agiram de má-fé, nós ficaremos atentos e vamos fiscalizar durante todos estes dias se realmente a decisão da Justiça está sendo cumprida.

*Folha* – Raimundo, e com relação à área em que você mora?

*Raimundo* – Existem sessenta famílias morando no Seringal Guaporé, que não pertence à Bordon, mas que faz extrema com ele. Nós somos solidários com esses companheiros, pois também somos vítimas do pessoal da Bordon. Eles já conseguiram invadir quatro colocações do Seringal Floresta. Ainda bem que foram poucas colocações. Essa situação trouxe certa revolta por parte dos companheiros que estão mais acima do Seringal. Nós nos revoltamos porque sabemos que eles vivem constantemente dizendo que essa resistência, esse atrevimento dos posseiros dentro da área da Bordon (Seringal Nazaré), só existe porque são incentivados pelo pessoal do Floresta. Da nossa parte queremos dizer que no Floresta não tem ninguém, pois as pessoas tomam posição por livre e espontânea vontade, porque sabem que é o direito deles que está sendo ameaçado e porque ninguém quer, de forma nenhuma, se transformar em marginal dentro da cidade – é o que vai acontecer se deixarmos nossas colocações lá no Seringal e vir para a cidade –, viver morrendo de fome, roubando, apelando para alguma coisa para ir aguentando enquanto for vivo. E, lá no Seringal, na maioria das vezes, sem quase nada mesmo, e a gente trabalhando muito, vive-se muito mais tranquilo. Nós realmente não queremos nos transformar em pessoas que vêm para a cidade criar ambientes piores do que temos lá. Pelas notícias que temos recebido por boca de terceiros, é que chegaram três jagunços de fora – que não são pessoas daqui do Acre e que estão lá na mata procurando ver se arrumam pista para chegarem nas nossas colocações. Certamente para dar fim na gente. Isso é o que vem pelas conversas. Agora tem sinais que vêm justificar que isso é verdade, pois, dias atrás, lá na minha colocação, estamos sendo incomodados pela latideira dos cachorros que não deixam a gente dormir. Tanto é que estamos vivendo com bastante cuidado. Agora, ninguém se intimida e estamos dispostos junto com os outros companheiros do Nazaré a não deixar, de forma nenhuma, que esses camaradas continuem destruindo nossas florestas, pois é dela que tiramos nossa sobrevivência. E isso nós não vamos mesmo permitir, de forma nenhuma.

*Folha* – Raimundo, deixa a gente entrar um pouco por aí, para entender melhor. Nós já havíamos falado nesses desmates onde a perda de riquezas é enorme, no caso da seringueira, da castanheira e da madeira de lei. Agora, numa avaliação rápida da área que já foi desmatada, qual seria o prejuízo em termos financeiros? E qual a diferença que existe nesse desmate de agora?

*Raimundo* – Eu vou falar uma parte e o Chico entra na parte do valor. Uma das táticas deles é justamente essa, inclusive se baseando no Código Florestal: este dá



garantias de defesa à castanheira e não à seringueira, quer dizer, uma garantia no papel, porque no dia a dia não tem garantia nenhuma às castanheiras. As coitadas que escapam nessas grandes derrubadas é por sorte, porque eles não deixam nenhuma proteção conforme está escrito no papel do IBDF. Além do mais, a proteção é somente para a castanheira; eles não dão proteção à seringueira, que é uma árvore que dá uma produção direta; a gente entra ano e termina ano tirando da árvore a borracha. Pois é desta que nós compramos todas as outras coisas que a gente não consegue tirar da terra, do roçado. No caso, o açúcar, o sal, a munição, o sabão, o querosene. Todas essas coisas, nós compramos com o dinheiro da borracha. Enquanto que a castanha só dá uma vez por ano, tendo ano que ela não dá nenhuma. E as seringueiras possuem uma produção efetiva. E é por isso que eles têm interesse em destruir a seringueira, porque destruindo, sem dúvida nenhuma, se expulsa o seringueiro. E a intenção deles é justamente essa.

Quanto mais farta a mata de seringueira, mais eles penetram para destruir. Nós já sabemos que essa destruição da seringueira e da castanheira tem trazido um grande sacrifício para o município, onde a queda do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) é grande. O Chico tem esses dados mais claros.

*Folha* – Chico, o sindicato já deve ter apurado essa situação com relação ao desmate, qual é a avaliação?

*Chico* – Nós temos encontrado dificuldades. Vamos ver o que aconteceu na Fazenda Santa Fé, de propriedade do senhor Veríssimo. Lá desmataram 16 alqueires, foram destruídas 502 árvores de castanha. Tomando por base os últimos cinco anos, então, já foram desmatados 1.100 alqueires e tomaram aproximadamente 6 mil árvores de castanha, que resultaria no momento atual no valor de seis bilhões de cruzeiros só em madeira. Prejudicados: o município e o estado. Isso sem falar nas madeiras de lei e nas seringueiras – além, é claro, da própria produção de castanha. A Fazenda Bordon, caso se concretize essa derrubada atual, tombará 3 mil seringueiras. Isso sem falar nas castanheiras, pois ainda não temos dados, apesar da pouca produção de castanha nessa área. Agora estamos avaliando que, por baixo, vão ser destruídas 3 mil árvores de seringueiras. O valor correspondente em dinheiro: 50 milhões de cruzeiros de prejuízo para o município. É com esta questão que, desde 1970, a arrecadação do ICM em Xapuri vem caindo. Em 1970 a previsão de arrecadação anual atingia 10 milhões de cruzeiros. De 1970 para 1978 cai para cinco milhões de cruzeiros, para você ter uma ideia como é que foi essa queda, isso sem computar a desvalorização da moeda e a inflação, pois se computarmos isso vai se resumir a nada. O comércio de Xapuri no passado era um comércio fabuloso, com grandes casas comerciais: Casa Limitada, Casa Zaire, Casa Kalume, Alfredo Zaire, Casa Galo e outras mais, todas essas casas eram comércios fabulosos no município, pois funcionavam como casas aviadoras e compradoras do produto da região, especialmente a borracha e a castanha. Há quinze anos chegavam aqueles navios no porto de Xapuri para carregar borracha; a borracha hoje produzida no município de Xapuri era produzida há dez anos num só seringal. Hoje a situação está complicada, pois estamos sentindo a cidade regredindo sem desenvolvimento, e seu comércio está quase à falência. Atualmente, existe apenas uma casa comercial em Xapuri, a Casa Portuguesa. O resto fechou, pois não existe movimento. O seringueiro em sua

grande maioria já foi substituído pelo boi. E o boi, continuamos afirmando até hoje, não ajudou em nada o município, o que trouxe foi só prejuízo.

*Folha* – Não traz benefícios? Não traz arrecadação?

*Chico* – Não é abatido aqui, logo não há comércio de carne, pois o comércio continua sendo mantido pelo abastecimento de carne do pequeno produtor, como há vinte anos. Os bois são levados aos milhares para fora do estado, para fora do município sem deixar um centavo de renda. Aqui só fica o rastro do boi. E ainda por cima existem essas grandes derrubadas; elas são feitas com o objetivo único de expulsar o homem do campo. Pois veja o caso da Bordon, me diga pra que desmatar se eles já têm milhares de hectares de terras desmatadas, se sabemos que parte dessas terras, pelo menos 50% delas, viraram capoeirões? Eles derrubam pelo simples prazer de derrubar, com o objetivo único de expulsar o homem da terra. Isso acontece também nas Fazendas Filipinas, Nova Esperança, Santa Fé e tantas outras fazendas; você tem de ter uma ideia: em Xapuri 70% de suas terras estão nas mãos dos latifundiários e já passou da hora dos governos tanto no nível estadual como no federal se posicionarem diante disso. Porque temos de ver com clareza um ponto: garantir a sobrevivência do homem, a sobrevivência do trabalhador seringueiro, é garantir a própria sustentação da economia e a fonte de riqueza do estado, onde prevalece o extrativismo, apesar de toda a destruição. O sustento é a seringa e a castanha. E se acabar, pronto! Eu não sei o que será do homem que trabalha na terra. E vai ficar ruim também para o homem que trabalha na cidade, porque no campo a tendência é ser expulso. Nesse caso da Bordon, o homem expulso do seringal vai inchar as periferias da cidade e tem o caso daqueles que fogem do Brasil.

*Folha* – Como é essa situação?

*Chico* – Há anos que a Bordon e outras fazendas expulsam os seringueiros e os posseiros. A forma de sobrevivência desse pessoal é na periferia da cidade de Rio Branco. Estes estão marginalizados, drogando-se, roubando e suas filhas na prostituição, não têm emprego, então a solução é roubar. Outros se mandaram para a Bolívia, lá está cheio de seringueiros expulsos por fazendeiros. Agora o restante que existe aqui no nosso município não pode ser expulso de sua posse, eles não têm mais lugar. Os jornais têm publicado sobre a situação dos seringueiros brasileiros que enfrentam problemas com o governo boliviano. É vergonhoso para nós se falar nisso, dizer que tem 40 mil irmãos nossos na Bolívia; é uma humilhação, já que no Acre tem tanta terra. A Amazônia, apesar do pouco conhecimento que a gente tem, sabemos que ela é a maior reserva florestal do mundo e nela já não há mais lugar para o seringueiro, para o trabalhador! Aquele homem tradicional que explora a área em que vive. É um absurdo, então chega o momento que não dá mais pra gente aguentar essas coisas de braços cruzados. E quando nós nos organizamos para lutar contra tudo isso, somos taxados de agitadores, subversivos, incitadores da violência. Não é nada disso, quem incita a violência, quem gera a tensão local e o tumulto são aqueles justamente que querem acumular terra e riquezas. Querem toda a terra para si, deixando a grande maioria sem nada. Eu acho que o que estamos realmente fazendo é lutando para que essa tensão que eles falam, esse problema social não se agrave mais tarde, porque se continuar do jeito que vai, se não tiver providências por parte

do governo federal e das autoridades, pois a eles cabe a competência de resolver o problema e não resolvem porque não querem, eu não sei o que pode acontecer.

*Folha* – Qual foi a posição do governo federal e a do governo estadual?

*Chico* – O federal não se manifestou, mas a posição é a favor do latifundiário, declaradamente; nós sabemos, porque se analisarmos bem as coisas a nossa luta não é só contra os Bordon. É contra os Rubicos de Carvalho, os Veríssimo da Costa Neto, contra todos os fazendeiros, mas eles estão aí, apoiados pelo sistema, e se isso não fosse admitido em nível federal o problema não existia. Nós não esperamos nada da parte desse governo, desse sistema. Quanto ao governo estadual, é um governo com uma posição não muito definida. Ele alega que pode haver provocações que venham justificar uma intervenção federal. Entendemos que, por se tratar de um governo estadual, eleito pelo povo, eleito pelo voto popular, ele tem um grande compromisso a prestar ao povo; deveria se posicionar, apoiá-lo e lutar com ele. O que eu tô vendo: o Secretário de Segurança, em um encontro realizado pelo sindicato, no dia 1º de junho, declarou perante centenas de trabalhadores e posseiros que ficassem tranquilos que a polícia não iria intervir em problemas de terra, isso não era da alçada da polícia. Era claramente em defesa desse povo, porque, mesmo que se viesse justificar uma intervenção federal, ele teria o respaldo desse povo, que, de qualquer forma, teria; e que a gente tem convicção que depois da declaração do Secretário de Segurança a coisa mudou. No dia 20 de junho, 23 companheiros nossos foram chamados a interrogatórios, quando não haviam praticado nenhuma violência, e a gente lê os jornais já tendo a certeza que companheiros que ficam em outras áreas do município de Rio Branco foram fuzilados por policiais, possivelmente de acordo com os fazendeiros. Há poucos dias sabe-se que chegou um contingente da polícia militar aqui; embora aparentemente não estivessem mal-intencionados, o certo é que eles vieram a mando do juiz e a pedido do advogado que tem a liminar favorecendo a derrubada na Bordon; se o nosso advogado de defesa não conseguisse a suspensão dessa liminar, os posseiros estariam tentando defender seus direitos, indo empatar a derrubada. E com certeza a polícia ia ser usada contra os posseiros. Então fica uma pergunta no ar.

*Folha* – Qual é?

*Chico* – Qual a posição realmente das autoridades ligadas aos órgãos de segurança, principalmente o senhor Secretário de Segurança? Pois, da nossa parte, esperamos que ele realmente mantenha a sua palavra prometida no dia 1º de junho: “Que não é da competência da polícia intervir em assuntos de terra”. E nós sempre respeitando, pois o nosso propósito é o de não contribuir para com a violência. Queremos e sabemos que temos direitos, que são para nós sagrados. A própria lei diz que temos direito. O que é muito simples, pois basta que se cumpra essa lei. O que nós realmente queremos é resolver nossos problemas pacificamente, baseados nos direitos que temos. Agora, temos bastante claro que não vamos nos humilhar diante das agressões e das provocações e morrer calado que nem sapo debaixo do pé do boi; isso aí eu acho que não dá. Nós colocamos essa opção como último recurso. Por ora, o que queremos é resolver o problema através do diálogo, também, não trazendo prejuízo para os trabalhadores. Queremos resolver a situação de comum acordo com benefícios favoráveis aos trabalhadores.

*Folha* – Queremos saber isso com relação ao diálogo, quando você se refere ao governo federal e também ao estadual. Queremos saber sobre a visita dos parlamentares. Qual foi a posição deles e como vocês os viram?

*Chico* – Com relação aos deputados não houve uma posição definida, Xapuri tem representante na Assembleia, mas esse representante em nenhum momento se fez presente junto aos trabalhadores na hora da luta. Têm aparecido discursos, leio nos jornais, mas nós entendemos que o discurso não resolve nada quando ele não vem acompanhado da prática. A prática, a presença, a intervenção direta do parlamentar é que conta. Pois se ele existe como representante de uma comunidade, o papel desse parlamentar deveria ser o de assumir a luta do trabalhador. Agora o que a gente tem visto e notado ultimamente dos políticos, é que chegam de última hora trazendo a sua solidariedade; e a gente espera que esta seja de fato verdadeira e que ela não seja apenas uma forma de aparecer diante do trabalhador. O que a gente espera é o compromisso desses políticos que estão se pronunciando. Que não fique só no pronunciamento, mas que assumam também... Olha que o trabalhador já não é mais burro para entender as coisas. Ele tem de confiar nas pessoas que realmente assumem o papel na hora da luta.

*Folha* – Foi noticiado pela imprensa que o senador Mário Maia<sup>2</sup> encaminhou telex solicitando a desapropriação da área. Qual a sua opinião?

*Chico* – Nós lemos que o senador Mário Maia solicitou aos órgãos e autoridades federais a desapropriação dessa área em conflito. Nós concordamos que a solução é a desapropriação. Agora, vamos ver, porque o Incra<sup>3</sup> também desapropria, só que com um objetivo de beneficiar os fazendeiros, quer dizer, dá 20% para os posseiros e 80% aos fazendeiros. Essa não nos interessa. A que nos interessa é aquela que venha à altura e de acordo com os interesses do seringueiro. Não seria a desapropriação de 50 hectares de terra para o seringueiro cortar um lotezinho de terra. O que, em vez de resolver, iria complicar mais. A desapropriação que propomos deve ser baseada num modo que dê condições de o seringueiro continuar na sua produção extrativista.

*Folha* – Qual o encaminhamento que o sindicato está dando?

*Chico* – O sindicato realizou um congresso. Agora, como é do conhecimento de todos, o governo criou uma comissão para resolver os problemas de terra, embora saibamos que até agora ele não tenha tomado uma posição de caráter decisivo frente a isso. Há dias o sindicato aprovou algumas propostas. As propostas apresentadas à comissão de alto nível não passaram pela discussão nas bases do sindicato. Mas o Congresso decidiu colocar as suas propostas em pauta, e elas foram discutidas. Elas vão ser encaminhadas estes dias a todas as autoridades federais, estaduais, inclusive ao governador do Estado. É justamente aquilo que eu falei: do tipo de desapropriação que venha beneficiar o seringueiro. As nossas propostas são: 1 – que o IBDF faça cumprir a lei federal que proíbe o desmatamento nas cabeceiras de rios e vertentes; 2 – que o IBDF faça prevalecer a lei que dá proteção às seringueiras e não só às castanheiras; 3 – que as áreas para desmate sejam limitadas e não afetem as castanheiras; 4 – que os seringueiros que já tenham quinze anos de posse tenham o direito de receber a escritura de toda a extensão de sua área, como forma de resolver

o problema; 5 – que o fazendeiro só possa desmatar depois que o IBDF fiscalizar a área e for constatado que não existem posseiros dentro dela, ou áreas de muitas seringueiras e castanheiras.

*Folha* – Qual a situação dessas terras da Bordon, já que foi levantado?

*Chico* – O advogado descobriu e nos mostrou os documentos que eles compraram uma área com 43 mil hectares de terra por dois milhões de cruzeiros e que só têm título de reconhecimento de 15 mil hectares.

*Folha* – Quer dizer que, além da questão mais política que estamos vendo, tem uma questão para ser vista na Justiça?

*Chico* – A ser vista na Justiça, é uma das formas de resolver o impasse. Pois vamos manter os seringueiros onde eles estão. Nós perguntamos: por que só grande tem direito a financiamento a longo prazo e a juros baixos para criar gado? E por que não se reconhece o direito da posse do seringueiro? Agora veja: se o seringueiro tem assistência financeira e técnica, ele também poderia tirar financiamento para fazer a sua criação de gado sem afetar e nem destruir as seringueiras e as castanheiras; além de ser uma forma de distribuir toda essa riqueza, em vez de ficar nas mãos de umas poucas pessoas que tiram 50 [milhões], 100 milhões de cruzeiros para comprar gado e levar para fora e não deixar nenhuma renda para o município. E se distribuíssem essa importância em financiamento para os seringueiros renderia muito mais em economia para o estado! Essa produção dos trabalhadores da terra não seria para o próprio município? O seringueiro poderia criar seus 50, 100 bois. Assim estaríamos fixando o homem na terra, promovendo o desenvolvimento a partir da estrutura da terra. Desenvolvendo na terra o tipo certo de agricultura. E a borracha sempre como manutenção e servindo para a compra de outros gêneros que a terra não dá. Com isso se geraria riqueza para o estado. O que está faltando é iniciativa dos órgãos responsáveis. Nós não queremos e nem estamos pedindo o impossível, nós estamos querendo o mínimo, que é o direito de sobrevivência, o direito de ter uma vida digna, numa sociedade democrática. É o direito de viver como cidadãos livres. E de gozar dos nossos direitos que todos os outros gozam; se é uma sociedade democrática, então vamos dar oportunidade a todos os indivíduos.

*Folha* – A imprensa pode ajudar?

*Chico* – Achamos que a imprensa é um órgão que ajuda muito num momento desses. Nós consideramos a imprensa como uma arma de apoio e que pesa principalmente quando se coloca ao lado da luta dos trabalhadores nos momentos decisivos. Nós consideramos e temos um grande respeito pela imprensa, desde que ela também assuma um papel de defesa dos interesses dos trabalhadores.

*Raimundo* – Nós também agradecemos a contribuição que vocês têm nos dado. A gente espera que continuem sempre a dar, porque não queremos de maneira nenhuma o isolamento de nossa luta, como foi em tempos atrás, e que essa luta passe a ser divulgada na medida do possível; inclusive gostaríamos que todo esse Brasil conhecesse tudo que se passa hoje com a gente. Infelizmente, nem todas as situações que passamos é possível dar conhecimento delas. A gente precisa que companheiros tomem conhecimento do que se passa aqui, a fim de que eles também procurem fazer alguma

coisa a nosso favor, porque a gente tem certeza de que a cidade depende do trabalho do campo, assim como quem está no campo depende de quem está na cidade.

*Chico* – Só para completar as palavras do Raimundo. Esta luta precisa do apoio e da solidariedade de todos os segmentos da sociedade, porque nós entendemos que chegou a solidariedade da cidade e do campo, então vamos nos unir de braços dados e organizar uma luta unida porque o trabalhador estando organizado terá mais possibilidades de alcançar os seus objetivos, e nós não acreditamos no sucesso de uma luta isolada; por isso o Sindicato de Xapuri resolveu abrir as suas portas desde há muito tempo para todos os setores da sociedade, para o diálogo, para a discussão ampla e aberta. Nós não jogamos por detrás das cortinas. O nosso jogo é aberto, porque vimos que a nossa luta é justa. Portanto, não temos o que esconder. Nós queremos realmente que os outros órgãos, as entidades de classe, também sejam solidários com a nossa luta, porque milhares de brasileiros estão nesta mesma luta. Os nordestinos e os sulistas chegam aos milhares, foram expulsos da terra nas suas regiões; o pessoal está chegando aqui e nós estamos de braços abertos para esses companheiros. Agora, se nos expulsam daqui, para onde vamos? Pois os companheiros já estão vindo expulsos; na Bolívia não têm mais lugar. E seria vergonhoso sair de um país imenso como o nosso, o maior país da América do Sul. É triste ver seus filhos saírem daqui porque não têm terra! Não se justifica. Então, tem de haver uma mudança desse sistema aí, para resolver o problema; do contrário, esse país se transformará num país de tensões sociais, com futuro imprevisível; daqui alguns dias, quando os trabalhadores não tiverem mais terras para trabalhar, as cidades não tiverem mais empregos, o que vai acontecer? Uma agitação social muito maior, os governantes que aí estão e as autoridades que estão com a solução nas mãos estão de olhos fechados e não querem ver isso, só querem ver subversão, comunismo, o que eles veem é o trabalhador fazendo subversão, agitação, não enxergam o outro lado da questão; eles não querem prejudicar os seus interesses, sua política pessoal e o povão aí se acabando. Veja o papel da polícia em nossa sociedade: reprimir os trabalhadores; mas se essa polícia descobrisse que ela é fruto da classe trabalhadora; pois veja quem é um policial, um soldado. Eles não são filhos de doutores, de barão, todos são filhos de trabalhadores. Eles têm de ter essa consciência, pois ao invés de eles usarem a repressão contra os trabalhadores deviam ser solidários porque possuem a mesma raiz trabalhadora.

**Fonte:** *Folha do Acre*, nº 380, Rio Branco, 5 de agosto de 1984, p. 10 e 11.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) era uma entidade ligada ao governo federal com a incumbência de tratar os assuntos relativos às matas e florestas brasileiras. Em 1989, esse instituto foi extinto e sua estrutura foi transferida para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama. (N. E.)

<sup>2</sup> Senador Mário Maia (1925-2000). Médico, foi eleito deputado federal pelo Estado do Acre na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1962. Durante a

ditadura militar esteve nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e foi reeleito em 1966. Juntamente com outros deputados, foi cassado e perdeu seus direitos políticos em 1968, com a vigência do Ato Institucional nº 5. Em 1979, ao retomar a carreira política, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e foi eleito senador pelo mesmo estado em 1982. Transferiu-se para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1986, quando foi candidato a governador do Estado do Acre. Foi eleito deputado constituinte, com poderes outorgados pelo Congresso, e tornou-se segundo secretário da Assembleia Nacional Constituinte. (N. E.)

<sup>3</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada em 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. (N. E.)

## AS “INVASÕES” (Agosto de 1985)

O PT apoia suas lutas. Montoro chamou-os de “criminosos e baderneiros”. São apenas famílias de brasileiros que não têm onde morar.

Em São Paulo, é crescente o número de famílias que, por não conseguirem pagar nem mesmo o aluguel de um cômodo de cortiço, vão se amontoando nas enormes favelas espalhadas pela periferia da cidade.

Segundo dados oficiais, 40% da população paulistana vive em habitações subnormais: favelas, cortiços e as pequenas casas “autoconstruídas”, apesar de grande quantidade de espaços vazios existentes no município e destinados à especulação imobiliária.

Diante dessa realidade contraditória, justificam-se as frequentes ocupações de terrenos por famílias sem moradia. Desde há muito ocorrem ocupações de áreas públicas e privadas em São Paulo. Só que é significativa a diferença entre as ocupações que deram origem às primeiras favelas de São Paulo e as que têm ocorrido nos últimos quatro ou cinco anos. As primeiras eram feitas de forma isolada, ou seja, família por família, que, ao levantar um barraco no primeiro terreno que encontrava, sentia-se culpada por estar ferindo o “sagrado direito de propriedade”.

A partir da mobilização e a organização da população, desenvolveu-se a consciência dos seus direitos sociais, inclusive o direito à habitação. Daí, as “invasões” passaram a se dar de forma coletiva e organizada. São estimuladas pela necessidade e pela consciência do próprio direito, o que, por sua vez, gera a firme determinação de lutar até o limite extremo na defesa desse direito.

Muitas dessas “invasões” resultaram vitoriosas, enquanto outras fracassaram. O êxito ou derrota dessas lutas se deve ao maior ou menor grau de organização, de conscientização e de politização desses movimentos.

As duas “invasões” que ocorreram no terreno de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na zona norte da cidade, comprovam isso. A primeira se deu em 11 de fevereiro de 1984 e, com mediação da Prefeitura, resultou num acordo entre a proprietária e as 820 famílias invasoras, graças ao nível de organização e determinação de luta.

Já a segunda “invasão”, que ocorreu em julho último, fracassou, em virtude do caráter espontâneo como se deu e, portanto, sem o mínimo de organização.

Nas duas situações, o poder público agiu de forma repressiva na defesa da propriedade privada. Só que, no primeiro caso, defrontou-se com um elevado grau de resistência e de organização, diante do que foi obrigado a ceder. Já no segundo, por falta de condições, houve uma absoluta intransigência por parte do governo, que determinou o despejo daquelas famílias, usando para isso de ostensivo aparato policial.

Além disso, o governador Montoro, demonstrando autoritarismo e insensibilidade em face do drama daquelas famílias, nada fez para evitar o despejo; mais do que isso, em declaração pública qualificou os “invasores” de “criminosos” e “baderneiros”, e afirmou que invasão é um crime contra o país.



Enquanto os governantes adotam medidas de força para impedir as manifestações de protesto e as reivindicações coletivas, os trabalhadores elevam o nível de consciência de seus direitos sociais e políticos e se determinam a lutar por eles. E nós, militantes do Partido dos Trabalhadores, temos estado presentes em todas essas lutas, procurando contribuir na construção de um autêntico poder popular, o único capaz de se contrapor ao poder desse Estado opressor.

Luiza Erundina de Sousa  
Líder da bancada do PT na Câmara Municipal de São Paulo

**Fonte:** *Boletim Nacional*, nº 12, São Paulo, agosto de 1985, p. 4.

# DEFENDENDO OS ÍNDIOS

(Maio de 1986)

Boa Vista (RR), 26 de fevereiro de 1986.

O PT vem a público denunciar a prisão de mais de quatro índios, ocorrida no dia 14 de janeiro, na Maloca Piolho (um deles é o próprio Tuchau) exatamente no dia em que o governo do território<sup>1</sup>, através da Secretaria de Segurança, criou uma tal de Assessoria Especial de Assuntos Indígenas.

Desde muito tempo a terra dos índios, na Maloca do Piolho, vem sendo irregularmente ocupada por fazendeiros. Em 1965, a área foi vendida para um segundo ocupante, que a vendeu a João Raimundo da Silva, conhecido por “Mariboa”, que é atualmente o terceiro “dono” da denominada Fazenda Campo Grande, localizada dentro da área indígena da Maloca Piolho, sendo que essas transferências não têm efeito legal por se tratar de área indígena.

Desde então, os índios e os ocupantes ilegais vêm disputando a área, sendo frequente a queima do retiro dos índios. Recentemente, o fazendeiro Mariboa deu queixa contra o Tuchau Luiz Romualdo acusando-o de invasão, em face de que foi aberto um inquérito pela delegacia do interior e para lá se dirigiu o Secretário da Segurança, tentando fazer com que os índios respeitassem a suposta propriedade do fazendeiro Mariboa. Ouvindo dos índios a afirmação de que a terra é indígena, mandou prender quatro índios por desacato à autoridade, que mais tarde foram soltos por interferência do presidente da Funai<sup>2</sup>, que visitara Boa Vista na ocasião.

No dia 4 de fevereiro, o juiz de direito Antonio Anunciação Neto determinou a prisão dos índios, atendendo pedido do delegado de polícia do interior, Jaeder Natal, sob o argumento de garantia à ordem pública, e os índios foram recolhidos à penitenciária de Boa Vista sem qualquer divulgação pela imprensa local.

O governo da Aliança Democrática<sup>3</sup> vem se caracterizando por uma política de intimidação e prisão sistemática de índios (no início do ano, cinco índios da Maloca Boqueirão também foram presos e dois deles, espancados), revelando a grande hostilidade e agressividade com que os índios são preconceituosamente considerados pelas classes dominantes em Roraima, no voraz processo de se apoderar e privatizar as terras indígenas, tradicionalmente ocupadas por sociedades que sempre se caracterizaram pela apropriação coletiva da terra e contam com a atuação tímida da Funai, órgão tutelar subordinado ao autoritarismo tecnocrático.

O PT, comprometido com a causa indígena e em defesa das minorias étnicas e sociais, repudia mais esse ato de flagrante desrespeito e violência à comunidade indígena, praticado pela polícia de Roraima, que vem atuando em áreas indígenas, transgredindo lei federal e a serviço de interesses espúrios.

Comissão Regional Provisória do PT Roraima

**Fonte:** *Boletim Nacional*, nº 18, São Paulo, maio de 1986, p. 6.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Roraima era então considerada um território nacional – a divisão administrativa de uma região que não integra nenhum estado – desde sua criação, em 1943. Na Constituição de 1988 o território de Roraima foi elevado à categoria de estado. (N. E.)

<sup>2</sup> A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi criada em 1967 em substituição ao Serviço de Proteção ao Índio, que existia desde 1910. A função da entidade é estabelecer e executar a política indigenista do Brasil. (N. E.)

<sup>3</sup> Designação que recebeu a aliança política que se deu entre dois partidos de orientações ideológicas diferentes: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de oposição ao governo militar, e o Partido da Frente Liberal (PFL), uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), este governista, com o objetivo de apoiar a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República no Colégio Eleitoral instituído pela ditadura militar. Tal aliança se desfez gradativamente até a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. (N. E.)

# PELA PAZ E PELA JUSTIÇA, PADRE JOSIMO TAVARES, PRESENTE

(Junho de 1986)

No dia 10 de maio de 1986, às 12h30, foi assassinado, em Imperatriz do Maranhão, com dois tiros pelas costas, o filiado e militante do Partido dos Trabalhadores de Goiás, Josimo Moraes Tavares.

Josimo, que vinha denunciando a violência e a impunidade nos conflitos de terra na região de Goiás conhecida como “Bico de Papagaio”, era sacerdote da Igreja Católica, vigário da Paróquia de São Sebastião do Tocantins.

Há cerca de vinte dias, Josimo Tavares havia sofrido um atentado a bala quando se dirigia de carro de Goiás para o Maranhão. Na ocasião, dois pistoleiros dispararam cinco tiros contra seu automóvel, não conseguindo, contudo, acertá-lo. O fato foi denunciado amplamente, em nível nacional, ao Ministro da Justiça, ao governador de Goiás e a outras autoridades que prometeram dar segurança a Josimo. Providências efetivas nesse sentido não foram, contudo, tomadas. E Josimo Tavares caiu, ao que tudo indica, vítima de disparos dos mesmos dois pistoleiros que cometeram o primeiro atentado.

Fica claro para todos que a morte de Josimo se relaciona com as atividades da União Democrática Ruralista (UDR)<sup>1</sup>, entidade terrorista que, à luz do dia, promove leilões de animais com o fito de comprar armas e financiar as ações criminosas dos latifundiários no Brasil.

Dez dias depois do primeiro atentado sofrido por Josimo, a UDR-Goiás emitiu nota oficial, publicada em vários jornais do país, onde admitiu – segundo suas próprias palavras – “não se poder duvidar de que realmente Padre Josimo Moraes Tavares tenha sofrido o susto de um possível atentado. Deve estar começando a colher os primeiros frutos da violência que vem semeando há anos no norte goiano, adubada com pregações de muita violência e irrigada com muito sangue de inocentes” (*Correio Braziliense*, 25/04/1986, p. 20). Agora se constata, lamentavelmente, que a ameaça velada da UDR se concretizou.

O Partido dos Trabalhadores não consegue entender como a chamada “Nova República”<sup>2</sup> permite que organizações terroristas tenham permissão de agir livremente, assassinando trabalhadores rurais e suas lideranças. A cada dois dias tomba, em média, um trabalhador rural, vítima das balas do latifúndio, acobertadas pelos governos da “Aliança Democrática”.

Por uma questão de justiça, o PT exige que se divulgue, através dos meios de comunicação, a que partidos políticos pertencem os que assassinaram mais de duzentas lideranças de trabalhadores rurais, só no ano passado. *A que partido político pertencem os assassinos de Tião Rosa da Paz, de Nativo da Natividade Oliveira, de Josimo Moraes Tavares?*

Quando até o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário identifica, em relatório oficial, a UDR como entidade antirreforma agrária, deixando claro que os recursos obtidos por essa organização “são publicamente anunciados como

destinados a compras de armas”, não é mais possível permitir a existência em nosso meio desses agrupamentos incapazes de conviver numa sociedade democrática.

Goiânia, 12 de maio de 1986.

*Executiva Regional do PT Goiás*

**Fonte:** *Boletim Nacional*, nº 19, São Paulo, junho de 1986, p. 16.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> A União Democrática Ruralista (UDR) foi criada por grandes proprietários de terra em 1985, com o propósito de defender a propriedade privada e como símbolo da radicalização do patronato rural contra a política de terras conduzida pelo governo federal entre os anos 1985 e 1990. (N. E.)

<sup>2</sup> “Nova República” foi uma expressão da época empregada para designar, sem sucesso, o governo, escolhido em eleição indireta, que sucedeu a ditadura militar, em 15 de março de 1985. (N. E.)

## NOTA À IMPRENSA

(Julho de 1986)

Reunidos na Assembleia Legislativa de São Paulo, no dia 11 de julho de 1986, representantes de entidades e partidos políticos, além de outras personalidades, protestamos veementemente contra mais este ato de barbárie praticado pela Polícia Militar de São Paulo, na cidade de Leme, onde brutalmente foram assassinados os trabalhadores Orlando Correia e Sibely Aparecida, esta com apenas 16 anos. Hoje ainda em Leme, no mesmo episódio, 23 trabalhadores rurais foram feridos – sendo sete deles à bala – e detidos pela mesma Polícia Militar três parlamentares com mandatos estadual e federal.

Exigimos, diante de tão grave fato, que o governador Franco Montoro seja responsabilizado funcionalmente pela Assembleia Legislativa por esses crimes contra trabalhadores indefesos na luta pacífica por melhores condições de vida; que sejam imediatamente demitidos os comandantes da Polícia Militar responsáveis pelos fatos e o Secretário de Segurança Pública, assim como também exigimos a abertura do mais rigoroso inquérito para apurar todas as responsabilidades.

Denunciamos, também enfaticamente, o fato de autoridades da mais alta responsabilidade no governo federal, como o delegado Romeu Tuma<sup>1</sup>, chefe da Polícia Federal, e o Secretário do Ministério da Justiça veicularem publicamente a versão mentirosa de que os deputados Geraldo Siqueira e José Genoíno<sup>2</sup> do PT, além de sindicalistas, seriam responsáveis pelos tiros que mataram dois trabalhadores; isso quando se sabe, por exemplo, que o deputado Geraldo Siqueira estava ausente de São Paulo, participando de uma manifestação antinuclear em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, o que por si só demonstra a inverdade da versão oficial.

Exigimos, finalmente, que o governo federal aja com lisura no sentido de afastar do poder, nos limites da sua competência, todos aqueles que no momento prestam-se a atitudes contrárias ao estabelecimento da efetiva democracia no Brasil.

Convidamos todos os que desejam lutar pela *democracia e justiça* a comparecer à *Missa de 7º dia* em memória dos dois companheiros mortos, a ser realizada no dia 20 de julho às 18h horas na Catedral da Sé.

Assinam esta nota,

Partido dos Trabalhadores, Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Federação Nacional dos Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Sindicato dos Artistas no Estado de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e um representante de dom Paulo Evaristo Arns, além de outros 46 sindicatos e entidades presentes ao ato de protesto.

São Paulo, 11 de julho de 1986.

**Fonte:** Documento (Acervo CSBH, FPA).

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Romeu Tuma (1931-). Em 1967, tornou-se delegado de política e exerceu o cargo de Diretor de Polícia Especializada, na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Em 1994, foi pela primeira vez eleito senador pelo Estado de São Paulo e tem sido reeleito até o presente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). (N. E.)

<sup>2</sup> José Genoíno Guimarães Neto (1946-) integrou a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1967. Em 1968, filiou-se ao PCdoB. Já vivendo na clandestinidade, acabou preso em abril de 1972 na Guerrilha do Araguaia. Depois de cinco anos, retomou a vida em São Paulo, trabalhando como professor de história. Anistiado em 1979, Genoíno ajudou a fundar o PT. Foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1982, sendo sucessivamente reeleito para o cargo até os dias atuais. Foi presidente nacional do PT de dezembro de 2002 a julho de 2005. Geraldo Siqueira (1951), em 1971, era estudante da USP e vinculou-se à Ação Popular. Presidente do Centro de Estudos Geográficos Capistrano de Abreu, foi um dos líderes do processo de reconstrução do Diretório Central dos Estudantes da USP, iniciado em 1976. Em 1978, foi eleito deputado estadual pelo MDB, com apoio da militância da Ação Popular. Em 1980, tornou-se um dos primeiros parlamentares do PT, partido pelo qual foi reeleito em 1982. (N. E.)

TELEGRAMA DO DEPUTADO  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
AO PRESIDENTE SARNEY  
(Agosto de 1987)

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da República  
Dr. José Sarney  
Palácio do Planalto  
Nesta

Câmara dos Deputados, 03/08/1987

Foi vítima de atentado a bala, hoje, dia 3 agosto, às dez horas, o dirigente sindical e do Partido dos Trabalhadores no Maranhão Luís Vilanova, no Distrito de Sagrima, Município de Santa Luiza, Maranhão. Vilanova, que é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi candidato pelo PT a governador em 1982 e candidato a prefeito de São Luís em 1985. Estava à porta da casa de um companheiro trabalhador aguardando técnicos do Incra, a quem iria acompanhar em vistoria da Fazenda União, propriedade grupo mesmo nome. Passou diante casa camioneta da qual fazendeiro Fernando Brasileiro, dono fazenda, juntamente campangas disparou vários tiros contra grupo, atingindo nas costelas trabalhador que estava ao lado Vilanova. Acredita-se alvo fazendeiro era dirigente do PT, porque ele vem apoiando movimento dos mil e duzentos trabalhadores que vivem e produzem na área. Conflito nessa fazenda começou em outubro ano passado, quando os mil e duzentos trabalhadores a ocupavam foram expulsos a mando de Fernando Brasileiro. Trabalhadores voltaram ocupar área há poucos dias, quatrocentos deles foram cercados por cento e vinte homens armados, segundo informações Sindicato Trabalhadores Rurais Santa Luzia. Fato foi denunciado às autoridades estaduais e federais, mas nenhuma providência foi tomada para garantir vida desses trabalhadores. Trabalhadores não têm outra alternativa trabalho região e Fazenda União está em processo de vistoria para desapropriação, que vem sendo protelada. Luís Vilanova corre sério risco vida. Fazendeiro e pistoleiros que tentaram matá-lo hoje certamente continuarão tentando. Por isso, estamos solicitando Vossência providências sentido garantir vida e segurança de Luís Vilanova e dos trabalhadores ameaçados pelo latifúndio no município de Santa Luzia.

*Deputado Luiz Inácio Lula da Silva,  
Líder do Partido dos Trabalhadores, na Assembleia Nacional Constituinte.*

**Fonte:** Telegrama (Acervo CSBH-FPA).



# O PT E A GREVE DO DIA 20

(Agosto de 1987)

A Comissão Executiva Nacional (CEN) do Partido dos Trabalhadores (PT) reuniu-se nos dias 29 e 30 de agosto e, com a participação de dirigentes sindicais petistas, debateu o processo, os resultados e as consequências da projetada greve geral do dia 20.

A CEN considera que os problemas detectados na declaração da greve geral como a principal forma de luta para o presente momento e, depois, na sua preparação e deflagração, vão além do movimento sindical. Eles têm influência sobre o movimento social brasileiro como um todo e precisam ser examinados pelo conjunto da militância petista com seriedade, franqueza e serenidade. Como partido que não tem medo de errar, nem de reconhecer publicamente os erros que comete, o PT deve extrair do acontecimento todas as lições possíveis, de modo a continuar contribuindo efetivamente para a libertação da classe trabalhadora.

## 1. Amplitude da greve

A CEN, através da Secretaria Sindical e dos Diretórios Regionais, realizou um levantamento do esforço do PT para o êxito da greve e dos resultados obtidos. O partido – seus dirigentes, suas instâncias, sua organização – são corresponsáveis pelo processo e pelos resultados alcançados.

Nesse sentido, o PT apoiou a greve geral e, em diversas ocasiões, reiterou esse apoio. Seguindo a orientação do Diretório Nacional do Partido, Diretórios e Núcleos deram o melhor de si para que a greve geral alcançasse os resultados almejados. Os militantes petistas que atuam no movimento sindical – nas fábricas, empresas, escolas, repartições, no meio rural, assim como nas entidades e na CUT – empenharam-se pela vitória da greve. E é preciso reconhecer que militantes de outros partidos, ligados tanto à CUT quanto à CGT<sup>1</sup>, também se esforçaram para que o movimento tivesse a amplitude projetada. A CEN reconhece, entretanto, que o empenho do PT para mobilizar sua militância na preparação e na organização da greve não foi suficiente, embora admita também que apenas essa mobilização não garantiria o êxito do movimento. Mesmo nos estados em que a mobilização petista foi completa, a greve alcançou resultados somente parciais.

Na verdade, a greve do dia 20 foi um movimento de protesto que incluiu paralisações de categorias distintas nos diferentes estados, mas não se caracterizando como greve geral na forma como foi projetada. E importantes categorias de trabalhadores não pararam nas regiões Sudeste e Sul.

Essa é a primeira constatação sobre a greve, indispensável para uma avaliação correta. Mesmo reconhecendo que em algumas regiões a greve teve certa dimensão, é fundamental admitir que essa amplitude, especialmente em nível nacional, esteve muito longe dos objetivos do movimento. Nesse sentido, a greve geral foi derrotada, embora seja uma derrota momentânea.

## 2. O papel da conjuntura

A CEN considera que não é demérito algum admitir publicamente a derrota da greve geral. Ao contrário, os partidos políticos, as centrais sindicais e todos os que

trabalharam pelo êxito do movimento só conseguirão credenciar-se efetivamente junto à classe trabalhadora se não escamotearem a verdade. Os trabalhadores são suficientemente inteligentes para distinguir a verdade da mentira, e não se deixarão enganar por avaliações triunfalistas. Além disso, só confrontando os fatos reais com a avaliação de suas causas é que a classe trabalhadora poderá aprender com essa greve e preparar-se convenientemente para as lutas futuras.

Nesse sentido, a CEN considera fundamental examinar o papel que a mudança de conjuntura desempenhou no insucesso da greve. Há indícios de que, no momento de sua decretação, vale dizer, logo após a adoção do Plano Bresser<sup>2</sup>, as condições conjunturais eram favoráveis a um movimento de tal porte. A indignação popular com a farsa do “congelamento” de preços, destinada a ocultar o brutal fisco de salários, teria sido poderosa motivação para garantir a eficácia da paralisação nacional naquela ocasião. As medidas recessivas contidas no plano econômico governamental ainda não haviam produzido os seus piores efeitos desmobilizadores, em especial o desemprego massivo de finais de julho e início de agosto. Uma greve geral em plena escalada de desemprego – com tudo o que o desemprego acarreta, sobretudo a insegurança e a competição individual entre os próprios trabalhadores –, embora não seja impossível, exigiria com certeza um grau de organização de base e uma coesão política dos setores populares que, é preciso reconhecer, ainda não conseguimos alcançar.

Além disso, contribuíram para o fracasso da greve os sucessivos adiamentos de data, as falsas promessas patronais de antecipação de reposição salarial, o abono e, é claro, a campanha do governo e da burguesia nos meios de comunicação.

Ao mesmo tempo, grande parte de nossas lideranças, sindicais e partidárias, não percebeu que não basta um sentimento difuso de insatisfação em relação à situação vivida e de oposição ao governo para levá-la à greve. Houve, portanto, uma confusão entre sentimento de insatisfação e consciência necessária para levar à luta política. Se ganhar pouco e ter péssimas condições de vida fossem suficientes para a oposição consciente e para a luta, não haveria problemas para a deflagração de uma greve geral, porque há muito tempo a classe trabalhadora brasileira vem sendo super explorada.

O mesmo se pode dizer da confusão feita por algumas direções partidárias e sindicais, entre o sentimento justo de revolta e indignação de militantes – que já ganharam consciência da situação de miséria, exploração e opressão a que é submetida a classe trabalhadora – e o sentimento de insatisfação da grande massa não militante. Enquanto a militância, por desinformação e falta de melhor formação ideológica e política, se deixa levar por discursos doutrinários de dirigentes sem representatividade real nas massas, a grande maioria dos trabalhadores simplesmente não compreende esses discursos, porque não dizem respeito a seus reais sentimentos e aspirações imediatas. Assim, enquanto a militância estava disposta a ir à greve, mesmo sacrificando-se, a maioria dos trabalhadores não se dispôs a participar de um movimento cujos objetivos e resultados não estavam claros para eles. Para a grande massa, não foram oferecidas perspectivas nem de conquistas imediatas e nem de continuidade da luta.

Por tudo isso, a CEN considera um engano atribuir exclusivamente à imprensa burguesa, à repressão policial militar e aos sindicalistas contrários à greve a responsabilidade pela sua desmobilização. Aos instrumentos da burguesia, em

qualquer luta, cabe justamente esse papel e o erro, no caso, é dos que não os levaram na devida conta a avaliação das condições objetivas e subjetivas. Mesmo porque, quando os trabalhadores estão efetivamente motivados para uma greve, a imprensa, a repressão e os pelegos dificilmente levarão ao fracasso o movimento.

O importante a considerar é que grande parte da direção partidária e sindical não se deu conta das mudanças da conjuntura. Pior ainda, quando foi alertada para isso, resistiu a tomar medidas de recuo. Nesse sentido, a CEN considera haver cometido um sério erro de omissão. Embora tenha avaliado a tempo o risco dos maus resultados da greve e, através de dirigentes do partido, realizado gestões junto à direção da CUT tentando demovê-la da ideia de que a greve era irreversível, a direção do PT não se empenhou como deveria nessa tarefa, nem teve a suficiente decisão política para tomar uma resolução mudando o caráter do movimento.

É importante que a militância petista tire disso as lições devidas. Uma decisão, adotada num determinado momento conjuntural, deve ser mudada se a conjuntura muda, se as condições que levaram àquela decisão se modificaram e foram criadas condições diferentes. O papel da direção política consiste justamente nisso, não sendo demérito algum recuar quando a situação ou as condições exigem um recuo. Uma medida difícil como essa só pode consolidar a confiança dos trabalhadores, dando-lhes a certeza de que os dirigentes partidários e sindicais, embora devam ter audácia, não devem insistir em práticas erradas.

### **3. Melhorar os mecanismos de consulta e decisão**

A CEN considera que o processo de decretação, organização e deflagração da greve colocou em evidência, além da debilidade de muitos dirigentes e militantes na avaliação da conjuntura, nossas dificuldades de relacionamento entre o PT e os militantes e dirigentes sindicais petistas, bem como entre o PT e a CUT, como instituições autônomas. Mais do que isso, mostrou que nem sempre há ligação orgânica adequada entre a militância petista e cutista e a massa de trabalhadores, e nem entre as direções e plenárias da CUT e os sindicatos. Desse modo, os mecanismos de consulta muitas vezes são imperfeitos ou insuficientes, criando condições para erros graves de avaliação e para decisões incorretas.

Grande parte dos militantes e dirigentes sindicais petistas considera, erroneamente, que o movimento sindical é não só seu fórum de atuação, mas também seu único e principal fórum de decisão. Consideram a estrutura partidária como algo à parte dos sindicatos e da CUT e não se sentem comprometidos com as discussões e decisões do partido. Levados por sua ansiedade em libertar a classe trabalhadora, muitos dirigentes e militantes acabam confundindo sua atuação no movimento sindical e no partido. Levam para o sindicato e para a CUT discussões que estão distantes da grande massa dos trabalhadores e, mesmo contra a sua vontade, acabam contribuindo para a partidarização da CUT e dos sindicatos, e para considerar o PT uma entidade sindical.

Por outro lado, o PT ainda não encontrou a forma de organização mais adequada para a atuação partidária dos sindicalistas petistas. Não criou instâncias adequadas para que eles discutam, dentro do PT, os problemas políticos e ideológicos que enfrentam no movimento sindical, nem mecanismos internos que façam a discussão desses problemas fluir por toda a estrutura partidária. Nessas

condições, nem o PT influi no movimento sindical como deveria, através de seus militantes sindicalistas, nem esses militantes influem sobre as principais decisões partidárias – o que acarreta prejuízos imensos para a construção do PT e da CUT e para o fortalecimento do movimento sindical.

O fato de que haja evidente predominância de petistas nos sindicatos filiados à CUT também tem levado alguns dirigentes a fazer confusão entre instâncias e entidades. Não só os sindicalistas petistas não atuam na CUT – como petistas partidariamente organizados – como também o PT e a CUT não se relacionam entre si como entidades autônomas capazes de articularem-se mutuamente através de consultas políticas. Por outro lado, mais grave do que isso é a falta de ligação orgânica suficiente e adequada entre a CUT e os sindicatos. Isso ficou evidente na debilidade de um efetivo processo de consulta da direção da CUT às direções sindicais. Os próprios congressos estaduais da CUT, realizados às vésperas da data marcada para a greve – SP, RS e GO – não analisaram nem debateram adequadamente as condições para a realização do movimento.

A grande maioria da classe trabalhadora não estava disposta à greve, mas grande parte da militância e da direção quiseram impor-lhe o movimento. Nessas condições, era inevitável que nem sempre a vontade das categorias de trabalhadores tivesse espaço para expressar-se, e que a decisão da greve estivesse dissociada daquela vontade.

Esse distanciamento das bases, de seus sentimentos e reivindicações reais, e a falta de uma adequada articulação entre a luta em torno das questões econômicas e imediatas dos trabalhadores e a luta política, abriram espaço para o surgimento e desenvolvimento do chamado “sindicalismo de resultados ou de negócios”<sup>3</sup>. Embora esse tipo de sindicalismo tenha demonstrado historicamente não trazer resultados reais para a classe trabalhadora, a fragilidade atual do movimento sindical brasileiro e seu atrelamento ao Estado, e a relativamente pequena experiência de luta dos modernos trabalhadores assalariados brasileiros, aliados aos erros vanguardistas existentes no movimento sindical combativo, criam condições para que o discurso desse sindicalismo enganoso penetre nas bases e atraia setores importantes da classe trabalhadora.

A CEN considera um engano combater esse sindicalismo “de resultados e negócios” com o velho discurso antipelego ou com o discurso, também historicamente fracassado, do sindicalismo vanguardista. Ao contrário, esses tipos de discurso, praticados por vários companheiros que atuam no movimento sindical, só fazem isolar o PT e a CUT de suas bases. Para reforçar as teses do PT e da CUT, e obter efetivos resultados para a classe trabalhadora, é indispensável intensificar e aperfeiçoar a consulta aos trabalhadores, levantando suas reivindicações mais sentidas e imediatas e, através da luta em torno delas, elevar sua consciência e organização política. Para isso, sem dúvida, é fundamental dar solução adequada aos problemas existentes nos mecanismos de consulta e decisão do PT e da CUT.

#### **4. Esclarecer as divergências**

Além dos problemas apontados anteriormente, aflorados no processo de preparação e organização da greve, a CEN considera importante que todo o PT, especialmente seus militantes que atuam no movimento sindical, debatam e esclareçam suas opiniões e divergências sobre a política sindical do partido.

Isso inclui, por exemplo, debater a concepção, o significado e o papel de uma greve geral. Alguns confundem os fins com os meios. A greve geral é uma forma de luta e não uma proposta política em si mesma. Mas alguns consideram a greve geral princípio, meio e fim de toda atuação da classe trabalhadora. Não percebem que a greve – geral ou não – é mais um instrumento de luta dos trabalhadores, e que não deve esgotar-se em si mesma.

É um equívoco tentar basear o êxito de uma greve geral apenas na paralisação dos transportes coletivos das grandes cidades.

Além disso, dependendo da concepção, do significado e do papel de uma greve geral, ela deve ser decidida, organizada e deflagrada por um conjunto mais amplo do que sindicatos e centrais sindicais e deve incluir partidos políticos e outras organizações da sociedade.

A CEN conclama todo o partido para debater essas concepções e acabar com as ambiguidades e confusões existentes.

Mas esse processo de esclarecimento inclui, fundamentalmente, a discussão sobre o papel do PT (portanto, de seus militantes), o papel dos sindicatos (principalmente de seus filiados) e o papel da CUT (basicamente de sua relação com os sindicatos filiados) e sobre a relação entre essas diferentes organizações nas condições concretas e atuais do Brasil. Seu papel e suas relações precisam ser vistas não só à luz da experiência histórica e internacional, mas à luz do grau de mobilização, consciência e organização dos trabalhadores brasileiros.

A CEN acredita que, através de processo de debate fraternal e positivo, o PT estará contribuindo para que a classe trabalhadora extraia da greve do dia 20 as lições necessárias para reforçar seu movimento, seus sindicatos, a CUT e o próprio partido. Errar faz parte da luta. Mas só conseguem avançar os que reconhecem os próprios erros e se esforçam para superá-los.

*Comissão Executiva Nacional do Partido Dos Trabalhadores*

São Paulo, 30 de agosto de 1987.

**Fonte:** Documento (Acervo CSBH-FPA).

## NOTAS

<sup>1</sup> A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. É uma organização sindical de trabalhadores de abrangência nacional que surgiu a partir das greves do ABC paulista, ocorridas a partir de 1978 e tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) surgiu a partir de setores mais antigos do sindicalismo ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Em 1981 foi realizada a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que decidiu pela criação de uma Central Única dos Trabalhadores. No entanto, divergências entre o chamado “novo sindicalismo” e esses setores tradicionais produziram uma divisão, que resultou, respectivamente, de um lado, na CUT e, de outro, na Coordenação Nacional

da Classe Trabalhadora (Conclat) em 1983. Em 21 de março de 1986 a Conclat transformou-se Central Geral dos Trabalhadores (CGT). (N. E.)

<sup>2</sup> Plano Bresser é o nome pelo qual passou a ser conhecido um conjunto de medidas econômicas elaborado por Luís Carlos Bresser-Pereira, então Ministro da Fazenda, em 1987, com o objetivo de conter a inflação. (N. E.)

<sup>3</sup> A expressão “sindicalismo de resultados ou de negócios” designava uma corrente sindical que surgiu no interior da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e que mais tarde daria origem à Força Sindical. Fundada em 1991, a Força Sindical é, nos dias de hoje, a segunda corrente mais importante do sindicalismo nacional. (N. E.)

# NOTA OFICIAL DO PARTIDO

(Outubro de 1988)

Um dos maiores crimes ecológicos do nosso século vem sendo cometido na Amazônia brasileira. A imprensa, sobretudo a internacional, tem denunciado com frequência cada vez maior a política de ocupação da região. As autoridades brasileiras têm demonstrado a mais absoluta irresponsabilidade e falta de vontade política para pôr fim à devastação na Amazônia, autêntico atentado contra a vida em escala mundial.

O Partido dos Trabalhadores (PT), consciente das suas responsabilidades em apontar caminhos no sentido de defender os mais legítimos interesses da sociedade, conclama as diversas entidades e todos os cidadãos sensíveis à questão ambiental a fazerem gestão junto às autoridades no sentido de dar um basta à destruição desse enorme patrimônio ecológico e cultural, base de sobrevivência dos povos da floresta – seringueiros, comunidades indígenas, ribeirinhos e castanheiros.

Na elaboração de políticas para a Amazônia e sua defesa, o PT ressalva que:

O conhecimento científico e tecnológico existente a respeito da complexa natureza amazônica é parcial e rudimentar.

Nenhum dos complexos tecnológicos do mundo moderno se constituiu com base em formações florestais pluviais, caso da Amazônia, o que no mínimo exige muita cautela em sua ocupação. Diversas pesquisas têm exaustivamente demonstrado que sob a exuberante floresta está um solo de baixa fertilidade e que a floresta vive, fundamentalmente, de sua própria matéria orgânica decomposta. Desse modo, a política de ocupação da Amazônia deve ser precedida de amplo projeto no sentido de se conhecer a região.

Deve-se levar em consideração todo o saber acumulado pelos indígenas, assim como o dos castanheiros e seringueiros, no processo de definição de uma política de ocupação da Amazônia.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos, absolutamente insuspeitos, comprovam a devastação de mais de 20 milhões de hectares de floresta apenas no período entre março e outubro de 1987. Trata-se de desmatamento indiscriminado destruindo não apenas a floresta, mas com ela as condições de vida e trabalho de milhares de trabalhadores, ocupantes tradicionais da região que estão sendo expulsos pelo fogo do poder econômico.

A violência e brutalidade no trato com a natureza está sendo acompanhada de uma escalada de atentados e assassinatos contra os que têm lutado na defesa da Amazônia, particularmente os povos da floresta.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, manifestamos publicamente o nosso repúdio à política de ocupação em vigor na Amazônia, antívida e antipopular, fruto de um governo que, não conseguindo responder aos anseios gerais da população

(saúde, trabalho, educação e democracia), não poderia se mostrar habilitado a resolver de forma competente um problema tão complexo.

Repudiamos também propostas de militarização de defesa da natureza amazônica que a imprensa vem divulgando. Essas propostas não levam em consideração que a atual política de ocupação da Amazônia teve início justamente com o regime militar, com a criação da Zona Franca de Manaus (1966), a política de incentivos fiscais, a construção de grandes eixos rodoviários – como a Transamazônica, as grandes barragens para hidrelétricas que inundaram e afogaram extensas áreas de floresta. Essa concepção militarizada de ocupação da região respalda projetos geopolíticos como o Projeto Calha Norte, fadado a aumentar os conflitos sociais nas áreas de fronteira ao mesmo tempo que abre caminho para a penetração dos grandes interesses econômicos, nacionais e estrangeiros. É a crise ecológica gerada nas entranhas de uma crise social e econômica, de um projeto militarizado de ocupação, contrário aos mais profundos princípios que norteiam o movimento ecológico em todo o mundo.

O PT acredita que é preciso dar vez àqueles que vivem na floresta, apoiar projetos de utilização econômica do espaço amazônico que respeitem as especificidades regionais. Nesse sentido, a proposta de reservas extrativistas, defendida pelos povos da floresta, constitui alternativa viável de desenvolvimento da região. As reservas extrativistas, unidades de conservação e de produção com base em áreas desapropriadas pela união e cedidas aos grupos sociais cuja sobrevivência depende da floresta por um prazo de trinta anos (renovável), são a melhor forma de aproveitar os recursos naturais da região sem destruir o meio ambiente. Implicando em se repensar o modelo de ocupação e de “progresso” econômico, as reservas extrativistas têm sido estudadas por cientistas de diversas disciplinas e recebido total apoio pela sua viabilidade tecnoeconômica. Com a criação das reservas extrativistas abre-se um espaço para que a população participe da gestão do meio ambiente, pondo fim ao caos fundiário existente na Amazônia, onde a apropriação privada da natureza tem obedecido a padrões imediatistas, daí os incêndios.

O PT alerta ainda que é necessária a adoção de medidas urgentes, pois os danos serão enormes tanto para a região quanto para grandes extensões do território brasileiro, já que o desmatamento é seguido por queda de umidade, pelo que as massas de ar quente e úmidas da Amazônia – responsáveis pelas chuvas que caem em vastas porções do Brasil, ficarão comprometidas. Essas alterações climáticas, afetando a vida de milhões de brasileiros, será resultado da omissão das autoridades.

A sociedade brasileira precisa se mobilizar em defesa das reservas extrativistas para a salvação da Amazônia. É de se destacar que um brasileiro, sr. Francisco Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Acre) e do Conselho Nacional de Seringueiros, foi agraciado pela ONU como cidadão global 500 em 1987, pela luta que vem travando contra essa política de destruição da Amazônia. Enquanto isso, no Brasil, Francisco Mendes já foi alvo de 6 (seis) atentados contra a sua vida e a própria sociedade brasileira conhece menos a sua luta do que outros países.



Pelo fim imediato de qualquer projeto pecuarista na Amazônia!  
Pela não militarização da defesa do meio ambiente!  
Pelo fim dos atentados contra líderes dos povos da floresta!  
Pelo debate em audiências públicas dos relatórios de impacto ambiental dos  
grandes projetos em implantação na Amazônia!  
Pelas reservas extrativistas!

Outubro de 1988

*Olívio Dutra*  
*Presidente Nacional do PT*

**Fonte:** Documento (Acervo CSBH-FPA).

# PT RESPONSABILIZA O GOVERNO PELO MASSACRE DE VOLTA REDONDA

(Novembro de 1988)

Reunida extraordinariamente em São Paulo, a direção nacional do PT emitiu a seguinte nota sobre a chacina dos metalúrgicos em greve:

Tropas do Exército e da PM, sob o comando de um general<sup>1</sup>, mancharam com sangue de trabalhadores as páginas da nova Constituição. Reprimidos por tanques, bombas de gás, rajadas de metralhadoras e golpes de baionetas, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, em greve legal por aumento de salários e pela aplicação dos direitos aprovados pela nova Constituição<sup>2</sup>, ainda contam os companheiros mortos na chacina. São cinco<sup>3</sup> até o momento, com dezenas de feridos em estado gravíssimo.

O Partido dos Trabalhadores, solidário com os grevistas, denuncia a todo o país a violência covarde e brutal contra trabalhadores que, pacificamente, lutam por seus direitos. Enquanto a PM e o Exército são convocados para assassinar trabalhadores, o governo acena com o “pacto social”, a PM mineira recebe um aumento de vencimentos na calada da noite, depois de investir contra a ordem legal e ameaçar depor o governador Newton Cardoso<sup>4</sup>, sem que o governo federal tome qualquer atitude.

O PT exige do governo que faça cessar a violência e que os responsáveis pelo assassinato dos operários sejam severamente punidos. O PT conclama todas as forças progressistas e democráticas da sociedade a se unir em torno dos grevistas de Volta Redonda e a protestar contra a bárbara agressão aos trabalhadores.

Se nos calarmos agora, logo não haverá mais como nos manifestar.

Comissão Executiva Nacional do PT

São Paulo, 10 de novembro de 1988.

**Fonte:** *Boletim Nacional*, edição extra, São Paulo, novembro de 1988, p. 2.

## NOTAS

<sup>1</sup> O nome do general que comandou as tropas na greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, em 1988, era José Luiz Lopes da Silva. (N. E.)

<sup>2</sup> A Constituição elaborada depois da ditadura militar brasileira (1964-1985) foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. A carta foi considerada um marco na reconstrução da democracia, reforçando a importância da negociação e do direito na cultura política do país, e foi cognominada “Constituição-Cidadã”. (N. E.)

<sup>3</sup> A gravidade e a violência do episódio produziram na ocasião informações desencontradas. Na verdade, foram três os trabalhadores assassinados pela operação do

Exército: Carlos Augusto Barroso, 19 anos; Walmir de Freitas, de 27 anos; e Willian Fernandes, de 22 anos. (N. E.)

<sup>4</sup> Newton Cardoso (1938-), Foi prefeito de Contagem em 1973 e 1983, era membro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1986, foi eleito governador do Estado de Minas Gerais. Em 1978 e 1995 foi eleito deputado federal. Em 1996, foi eleito mais uma vez prefeito do município de Contagem. (N. E.)

# PT DENUNCIA ASSASSINATO DE CHICO MENDES

*(Dezembro de 1988)*

A criminoso escalada da violência comandada pelos grandes proprietários de terra prossegue impune. Na tarde de ontem, 22 de dezembro, foi covardemente assassinado o companheiro Chico Mendes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri (Acre). Chico Mendes foi emboscado por pistoleiros no quintal de sua casa quando saía do banheiro.

Fundador do Partido dos Trabalhadores e membro do Conselho Nacional de Seringueiros, Chico Mendes, 43 anos, já sofrera seis atentados, sem que as autoridades tomassem qualquer providência. No ano passado mesmo, apesar de protegido pela Anistia Internacional e após ter recebido o Prêmio Global da ONU, Chico Mendes recebeu várias ameaças para desistir de sua luta contra os frequentes desmatamentos na região. Filho de seringueiros e defensor de seus irmãos trabalhadores, Chico Mendes foi enquadrado na LSN, em 1981, junto com Lula e Jacó Bittar.

O Partido dos Trabalhadores denuncia o assassinato de Chico Mendes e exige das autoridades a prisão e punição dos mandantes e assassinos.

São Paulo, 23 de dezembro de 1988.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

**Fonte:** Texto datilografado (Acervo CSBH-FPA).

# CHICO E ZÉ FRANCISCO, DOR E ESPERANÇA

(Janeiro de 1989)

Luiz Inácio Lula da Silva

Antes que o ano terminasse, a opinião pública mundial ainda inconformada com a morte de Chico Mendes, chega a notícia do assassinato de mais um companheiro do campo, o Zé Francisco, da Paraíba, combativo militante do PT e da Comissão Pastoral da Terra, morto em frente à sua casa perto de João Pessoa. Chico, Zé Francisco, variam os nomes e os lugares, mas são os mesmos os mandantes dos 1.500 assassinatos cometidos contra líderes rurais desde 1980 no Brasil – todos aqueles que se opõem à Reforma Agrária e à chegada da civilização ao campo com um mínimo de respeito aos direitos do homem e da natureza.

Nenhum deles até agora foi para a cadeia. Padres, bispos e advogados, que convivem diretamente com essa realidade, são unânimes em responsabilizar a UDR pelo massacre das lideranças rurais, mas suas denúncias, dando nome aos bois, têm servido nos últimos tempos apenas para incluí-los nas listas de condenados à morte. Somente nos 45 dias que se seguiram às últimas eleições, além de Chico e Zé Francisco, outros nove companheiros foram assassinados.

Quando estive pela última vez em Xapuri, no Acre, antes da tragédia da véspera do Natal, para ajudar na campanha do Chico a prefeito, em 1985, a barra já estava pesando. Os fazendeiros do Centro-Sul do país que tinham invadido a região não escondiam de ninguém que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e fundador do PT no Acre estava condenado à morte. Com a impunidade assegurada por um sistema corrupto e omissivo, esses verdadeiros canibais devoradores de gente e de mata agiam ali como se fossem generais de um exército de extermínio, donos da vida e da morte.

Dói lembrar que isso está fazendo mais de três anos. De lá pra cá, mesmo sabendo dos riscos que corria, Chico não esmoreceu na luta pela vida – dos castanheais, dos seringais e das famílias dos seus companheiros. Sua luta, porém, não bastou para encontrar no poder federal alguém que colocasse a segurança do ser humano acima da estúpida ganância dessas poderosas quadrilhas nacionais e estrangeiras que estão destruindo a Amazônia a mil por hora.

Quem matou Chico foi a omissão criminosa das chamadas autoridades constituídas, permitindo o avanço das queimadas para transformar a mata em pasto dos mais mesquinhos interesses. Contribuiu muito para isso, também, o estranho silêncio dos meios de comunicação, cada vez mais distantes da realidade brasileira, a maioria deles dessa vez acordados pela repercussão internacional da morte do Chico.

Chico talvez nem soubesse o que quer dizer ecologia e muito menos holocausto ecológico quando começou sua romaria pela floresta para organizar a peãozada dos seringueiros – primeiro, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, mais tarde, para criar o PT. Horas e horas, varando dias e noites pela selva nas caminhadas de muitas léguas, Chico foi criando o partido com a mesma garra que o levou à presidência do sindicato. Enquanto colecionava prêmios vindos de fora,

até da ONU, aqui dentro tramava-se a sua morte. Uma bala calibre 12 no peito foi a recompensa que recebeu por sua luta em defesa da Amazônia, do ar do mundo e da sobrevivência da sua gente.

Nessas caminhadas pela mata, ele acabou juntando numa bandeira só a luta ecológica, a luta sindical e a luta partidária, porque sabia que elas são indissociáveis, uma alimentando a outra no mesmo ciclo da vida na floresta. Marcado para morrer, foi um dos mais apaixonados defensores da vida que já conheci, um homem tão puro e tão limpo como a água da chuva na mata, que foi sua companheira inseparável.

O pacato Chico, que não conhecia pizza quando um dia foi jantar lá em casa, e perguntou como é que se comia aquilo, não foi o primeiro nem o último a tombar nessa guerra da selva em que só um lado anda armado – o dos fazendeiros, o dos grileiros e seus jagunços, o da UDR e seus políticos comprados, mancomunados com policiais e juizes.

Para honrar seu sacrifício e o de outros tantos companheiros, chegou a hora de a nação dar um basta. O povo brasileiro não admite mais ser humilhado, massacrado, dizimado como a Amazônia. Não, não basta pôr na cadeia quem apertou o gatilho só para dar uma satisfação à opinião pública mundial. Chegou a hora de romper com todo esse sistema corrompido e arbitrário que municia as mãos assassinas e que nas últimas duas décadas promoveu uma reforma agrária ao contrário, concentrando a terra à bala nas mãos de uns poucos, enquanto milhões de famílias de brasileiros são expulsas do campo, enxotadas para as periferias das grandes cidades.

Lá no cantinho do céu, Chico e Zé Francisco podem ter certeza de uma coisa: nós vamos prosseguir sua luta ainda com mais força, nos campos e nas cidades, para libertar o país de uma vez por todas desses jagunços e seus mandantes, escondidos na selva e nos gabinetes. As tragédias do ano que passou serão um dia apenas lembrança de um tempo em que o povo não era dono do seu destino. No ano novo que começa, começa também um novo tempo – e os companheiros mortos servirão de símbolo dessa luta, que haverá de ser de todos nós, para preservar a vida não só na Amazônia e no Nordeste, mas no país inteiro, única forma de resgatarmos o respeito dos outros povos pelo Brasil.

**Fonte:** *Folha de S. Paulo*, 2 de janeiro de 1989, p. A-2.

# NOTA OFICIAL

(Maio de 1989)

O Diretório Nacional do PT vem a público a fim de exigir providências do governo federal a respeito da série de atentados que vêm sendo cometidos no país e que fazem supor a existência de grupos de direita, interessados em criar um clima de violência, propício à propaganda de golpes antidemocráticos.

A simples leitura de jornal mostra que a bomba detonada em Volta Redonda<sup>1</sup> não constituiu um fato isolado, mas o tiro de partida de uma série de atos de violência que visam claramente conturbar o processo de avanço das lutas populares. Depois de Volta Redonda (02/05), a sede do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Chapecó-SC, foi invadida e depredada (16/05), outra bomba foi encontrada na Prefeitura de Cachoeira Paulista-SP (25/05); uma terceira bomba, de alto teor explosivo, só não destruiu o prédio da Prefeitura de Vitória por providencial acidente que desativou o seu detonador (26/05). Na mesma região de Vitória, o ex-secretário do Prefeito Vasco Alves, Erivelton, foi sequestrado e torturado por pessoas encarapuçadas (*sic*) (25/05).

Finalmente, o soldado Charles Fabiano da Silva, assassinado friamente em Volta Redonda, na noite de 26/05 era, nada mais nada menos que uma das testemunhas arroladas para depor no processo de apuração dos autores da explosão do memorial aos operários mortos daquela cidade.

Tamanha coincidência só não é percebida pelo governo, que não veio até hoje a público apontar os culpados e entregá-los à Justiça.

O Diretório Nacional chama a atenção das forças democráticas para a gravidade desses fatos e a conseqüente necessidade de uma clara, inequívoca e determinada manifestação de todos os partidos democráticos contra esses atentados e contra toda e qualquer espécie de solução inconstitucional para a crise econômica, política e social que a nação vem enfrentando.

Ditadura, nunca mais!

Diretório Nacional do PT

São Paulo, 27 de maio de 1989.

**Fonte:** Documento (Acervo CSBH-FPA).

## NOTA

<sup>1</sup> O Memorial 9 de Novembro, de Oscar Niemeyer, foi inaugurado no dia 1º de maio de 1989 para homenagear as vítimas da greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), deflagrada em 9 de novembro de 1988. Um dia depois da inauguração, o Memorial sofreu um atentado à bomba e foi destruído. O monumento foi refeito e reinaugurado naquele mesmo ano, em 12 de agosto. (N. E.)